

CIES e-WORKING PAPER Nº 48/2008

**A sociologia das classes sociais
na investigação sociológica em Portugal**

NUNO NUNES

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Nuno Nunes é licenciado em Sociologia e doutorando do Programa de Doutoramento em Sociologia do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). As suas áreas de interesse são a sociologia das classes sociais e os temas do conflito e acção colectiva. Actualmente investiga as relações entre as classes sociais, os valores e a acção colectiva no contexto europeu. E-mail: nuno.nunes@iscte.pt

Resumo

O presente texto procura contribuir para um aprofundamento do conhecimento do campo da investigação sociológica em Portugal, tomando como referente central de desenvolvimento analítico a sociologia especializada das classes sociais. Procura-se compreender a evolução diacrónica da sociologia das classes sociais no panorama da sociologia e sistema universitário em Portugal, e analisa-se a produção científica da investigação sociológica das classes sociais realizada sobre a sociedade portuguesa, no período compreendido entre 1960 e 2007.

Palavras-chave: classes sociais, sociologia das classes sociais, investigação sociológica, sociedade portuguesa.

Abstract

This paper seeks to contribute to a deepening of our knowledge of sociological research in Portugal, taking the specialized sociology of social classes as the central reference point in the analytical process. It also seeks to understand, from a diachronic perspective, the development of the sociology of social classes in the broad context of sociology and the university system in Portugal. Finally, it analyses the scientific production of the sociological research on social classes carried out in relation to Portuguese society between 1960 and 2007.

Key-Words: social classes, sociology of social classes, sociological investigation, Portuguese society.

1. Introdução

O tema proposto constitui uma parte integrante e significativa da história, dos processos, regularidades, especificidades e transformações da própria investigação produzida pela sociologia portuguesa. Os objectivos gerais deste artigo assumem como horizonte uma “sociologia” da investigação sociológica em Portugal, tomando como referente de análise a sociologia especializada das classes sociais, sobretudo a partir da sua produção sobre a realidade empírica portuguesa. A sociologia torna-se objecto de “reflexividade” a partir dos seus próprios instrumentos de observação da realidade social. Ou seja, a sociologia das classes sociais é tomada aqui enquanto objecto de estudo.¹

Num primeiro momento procura-se uma evolução diacrónica da sociologia das classes sociais no panorama da sociologia em Portugal entre 1960 e 2007.² A análise histórica consubstancia-se quando a emergência da problemática das classes sociais se confunde com a própria emergência da sociologia em Portugal. A evolução da sociologia das classes sociais é observada a partir dos seus protagonistas, e processos organizacionais e institucionais, (en)formadores do sistema universitário e do ensino e investigação da sociologia em Portugal.³

Num segundo momento é lançado um olhar sobre os produtos da investigação sociológica das classes sociais, a partir duma tripla articulação: os principais conceitos e teorias de que a sociologia dispõe neste domínio, trabalhados pela sociologia portuguesa; os temas, problemáticas e objectos de estudo analisados com os instrumentos teóricos e operatórios da sociologia das classes sociais e da estratificação; e os procedimentos de investigação e opções metodológicas, em especial os que decorrem da caracterização social de populações e da utilização de indicadores de caracterização social, para um conhecimento integrado em contextos locais, nacionais ou supranacionais da sociedade portuguesa.⁴

¹ Apesar da enorme quantidade e qualidade da produção sociológica portuguesa a partir da problemática das classes sociais, está ainda por fazer o seu recenseamento analítico, iniciado a partir de António Firmino da Costa e José Luís Casanova (1996), “Classes sociais (bibliografia)”, em *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 19, pp. 191-195. Este ensaio procura inscrever-se neste esforço.

² A escolha do ano de 1960 como ponto de partida cronológico para o estudo da sociologia e da problemática das classes sociais na investigação portuguesa decorreu da bibliografia consultada, sobretudo Nuno Estêvão Ferreira (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

³ Robert K. Merton e Pierre Bourdieu são referências teóricas importantes para uma problematização da sociologia da ciência e das condições da sua produção. Consultar também José Madureira Pinto (1994), *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais* e, do mesmo autor, o livro *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social* (2007).

⁴ Estanque e Mendes (1999) fazem uma análise da produção científica portuguesa que utiliza, central ou complementarmente, as teorias das classes sociais. Revisitam-se os principais contributos elaborados a partir da década de 1970, referindo-se ao seu significado analítico e a algumas das conclusões mais relevantes.

2. A emergência das classes sociais na sociologia portuguesa

Sedas Nunes, o GIS e a Análise Social: os embriões

A sociologia das classes sociais acompanhou a própria evolução da história da sociologia portuguesa. Para Madureira Pinto (2007), a sociologia portuguesa atravessou quatro diferentes períodos: os *primórdios* (a partir do último quartel do século XIX); um *interregno* (durante o Estado Novo); um *novo folêgo* (a partir da década de 1960); e a *consolidação*, com a revolução democrática de Abril de 1974.

A primeira referência e enquadramento académico que as classes sociais tiveram em Portugal surgem com Oliveira Martins (1845-1894), “que inicia a corrente historiográfica – com importantes cultores já no século XX: Jaime Cortesão (1884-1960) e António Sérgio (1883-1969), por exemplo – muito centrada na análise da estrutura e funcionamento das instituições, bem como dos interesses, acções e conflitos de grupos e classes sociais” (Pinto, 2007: 70).

A sociologia é praticamente arredada do ensino universitário português durante o período político do Estado Novo. As conotações com subversões sociais e políticas afastam quaisquer possibilidades de desenvolvimento da sociologia, e a questão das classes sociais é sobretudo encarada sob uma perspectiva ideológica, inserida que está num quadro de tensões da política internacional entre capitalismo e comunismo.

Como ainda refere Madureira Pinto, “com o impulso da industrialização dos anos 50, com a progressiva abertura da economia ao exterior, com o surto emigratório que vai atingir o seu auge na década de sessenta, com a proletarianização de extensas camadas da população camponesa, com a intensificação dos processos de urbanização e a expansão das classes médias – para não referir senão algumas das principais transformações que, por esta altura, se desenham na sociedade portuguesa –, vão-se criando condições globalmente favoráveis à difusão de quadros de pensamento de orientação ‘desenvolvimentista’ e à procura de conhecimentos sistemáticos sobre o social” (Pinto, 2007: 71).

Forma-se, em 1962, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, um discreto centro de estudos – o Gabinete de Investigações Sociais (GIS). Constituído inicialmente por um grupo de jovens estudiosos dos problemas sociais, quase todos economistas, e com fortes ligações ao movimento católico, o GIS passará a publicar, logo a partir de 1963, sob a direcção efectiva de Adérito Sedas Nunes, a revista *Análise Social*.

Adérito Sedas Nunes, figura incontornável precursora da sociologia portuguesa, constitui o ponto de partida para uma compreensão das condições iniciais de desenvolvimento da

sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal. Sedas Nunes revela uma apurada intuição sociológica sobre a importância das classes sociais.⁵

As classes sociais surgem enquanto problemática de apoio a estudos sobre o desenvolvimento da sociedade portuguesa. São disso exemplo os trabalhos de Sedas Nunes (1964), Nunes e Miranda (1969), Almeida (1970), Martins (1998 [1971]), Freitas (1973), e Sousa e Freitas (1973).

Os estudos de grande envergadura sobre a sociedade portuguesa realizados no GIS, marcados por uma forte fundamentação epistemológica, teórica e metodológica, são um conjunto de pesquisas que utilizam a estrutura de classes como forma de melhor conhecer transversalmente as realidades sociais da época, como por exemplo a sua relação com o sistema universitário português. O conceito de classe social assumia um forte carácter operativo. Tratava-se, no fundo, de tentar interpretar sociologicamente o grande processo de mudanças socioeconómicas e culturais em curso no país.

A segunda fase do GIS é marcada por novos investigadores que se preparavam para acumular, ainda sob a orientação de Adérito Sedas Nunes, funções docentes nos espaços emergentes do ensino da sociologia. Surge a oportunidade de integrar nos planos de estudo das Faculdades de Economia disciplinas de iniciação às ciências sociais e, um pouco mais tarde, de incluir numa nova instituição universitária, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, criado a partir de um Instituto de Estudos Sociais em que Adérito Sedas Nunes leccionara, cursos breves de sociologia e alguns espaços de ensino mais sistemático da sociologia.

É neste contexto que surgem os “pais fundadores” da sociologia das classes sociais em Portugal: João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto. Em 1976 é publicado o texto de Freitas, Almeida e Cabral, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*. E a partir de um grande investimento intelectual em matéria de reflexão epistemológica e metodológica no GIS, entre 1971 e 1974, que

⁵ São disso exemplos os seus textos de lições e documentos pedagógicos: *Elementos de Teoria e Análise da Estratificação e das Classes Sociais*, Ed. ISCTE, 1973 (organizador); *Estratificação Social e Classes Sociais*, documentos de trabalho da cadeira com o mesmo nome na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 1981 – compreendendo os seguintes cadernos: nº 1: *Nas Origens da Teoria das Classes Sociais: Segundo Karl Marx e F. Engels* (selecção de textos); nº 2: *Classes, Classes Sociais e “Grupos de Status”, segundo Max Weber* (selecção de textos); nº 3: *Do Conceito de “Status” Social ao Conceito de Estratificação Social* (introdução e selecção de textos); nº 4: *As Teorias Funcionalistas das Estruturas de Classes (Estratificação)* (introdução e selecção de textos); nº 5: *Das Teorias “Elitistas” da Sociedade às Análises Sociológicas das “Elites do Poder”* (introdução e selecção de textos); nº 6: *Formulações Recentes da Teoria Marxista das Classes Sociais* (introdução e selecção de textos) – e ainda um caderno policopiado do ano lectivo de 1972/1973: *Elementos de Teoria da Estratificação e das Classes Sociais* (nº 5, 67 páginas).

tem como corolário *A Investigação nas Ciências Sociais*, o empreendimento académico e consequentes doutoramentos de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto acabam por ser fortemente marcados pela problemática das classes sociais.⁶

O principal contexto institucional de gestação de uma sociologia das classes sociais em Portugal será o ISCTE, “casa” de muitos dos investigadores do GIS, depois ICS (formado em 1981) e, portanto, herdeiro da tradição sociológica iniciada por Adérito Sedas Nunes. Como o mesmo refere: “Sem o GIS, o ISCTE não seria o ISCTE, pelo menos não seria o ISCTE que conhecemos. Do GIS haveria de nascer, bastante depois, o ICS. De modo que o ISCTE, na parte de Ciências Sociais, e o ICS são dois ramos da mesma árvore, de uma árvore cuja semente foi lançada ao chão quando, em fins de Janeiro de 1963, saiu o nº 1 da *Análise Social*” (Nunes, 1988: 46).

3. Protagonistas, institucionalização e consagração: evolução diacrónica

Fases de desenvolvimento da sociologia das classes sociais em Portugal: proposta

Para o estudo da sociologia das classes sociais no panorama científico, é sugerida uma evolução diacrónica de quatro fases ao longo do seu percurso enquanto subcampo especializado da sociologia portuguesa, compreensíveis da seguinte forma: fase 1 – *emergência da sociologia das classes sociais* (1960-1979); fase 2 – *incrementalização a partir dos “fundadores” da sociologia das classes sociais* (1980-1986); fase 3 – *institucionalização e consagração* (1987-1999); fase 4 – *internacionalização e desafios actuais* (2000-2008).⁷

Protagonistas, subcampo e instituições

Como afirma Sedas Nunes, “os sociólogos preparados no GIS, os que se haviam formado no estrangeiro e os melhores diplomados por aquelas licenciaturas eram, no todo, em bem pequeno número. Estavam no ICS, no ISCTE, na Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Letras do Porto e em vários pequenos núcleos de outras escolas e universidades” (Nunes, 1988: 47).

João Ferreira de Almeida é licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, faz parte do GIS, e a partir de 1972-1973 lecciona no ISCTE as disciplinas de “Introdução ao estudo das

⁶ Na entrevista concedida por José Madureira Pinto, este refere, a dada altura, que João Ferreira de Almeida tinha já como forte centralidade de estudo as classes sociais. A Madureira Pinto “intrigavam-no” sobretudo as práticas simbólico-ideológicas.

⁷ Mais do que o rigor dos anos em causa, importa assumir marcos de mudança no rumo da sociologia das classes sociais em Portugal.

ciências sociais” e “Metodologia geral das ciências sociais”. Conclui o seu doutoramento em sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa (ISCTE) no ano de 1984.

José Madureira Pinto é licenciado em economia pela Faculdade de Economia do Porto em 1968, e concluiu o seu doutoramento em sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa (ISCTE) em 1983, o primeiro em Portugal. Foi assistente no ISCEF (hoje ISEG) e no ISCTE a partir de 1971 e, desde 1974, tem leccionado na Faculdade de Economia do Porto. Colabora no curso de sociologia da Faculdade de Letras do Porto desde a sua criação, em 1985.

Em 1980 José Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida começam a estudar, no âmbito do GIS, a freguesia de Fonte Arcada e, a partir do mesmo objecto de estudo empírico, concluem os seus respectivos doutoramentos.

A “equipa” da sociologia das classes sociais no ISCTE, liderada por João Ferreira de Almeida, vai-se reforçando com novos investigadores nos anos 80 e 90, como António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Luís Capucha e José Luís Casanova, principalmente. Estes investigadores, e simultaneamente docentes, desenvolvem ao longo dos anos vários projectos de investigação no âmbito do CIES/ISCTE.⁸ É possível afirmar, em função da produção teórica, problemática e empírica desenvolvida ao longo do tempo, que o “habitus científico colectivo” da sociologia das classes sociais em Portugal cresceu a partir do ISCTE.

Mas também na Universidade do Porto (Faculdade de Economia e Faculdade de Letras) e na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, se produz sociologia das classes sociais. No “grupo do Porto”, para além de José Madureira Pinto, são nomes de relevo Maria Cidália Queiroz, Dulce Maria Magalhães e Virgílio Borges Pereira. Em “Coimbra” surgem Elísio Estanque e José Manuel Mendes.

Três diferentes “gerações de sociólogos” marcam a sociologia das classes sociais no campo da investigação sociológica:⁹ a primeira (fundadora, fecunda e ainda actualmente insubstituível) diz respeito ao trabalho de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto; uma “segunda geração” desponta na segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, com as figuras principais de António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado. A “última

⁸ Participação de João Ferreira de Almeida, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa e José Luís Casanova: desde 1985, no Programa de Investigação sobre os Estudantes Universitários, em curso no CIES/ISCTE; entre 1987 e 1990, no projecto de investigação sobre “Classes médias urbanas em Portugal: recomposição social e mudança cultural”, financiado pela JNICT, no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; e ainda no projecto “A modernização das estruturas sociais: recomposição social, novos valores, protagonismos emergentes”, promovido pelo CIES/UNICS/ISCTE (1997/2000).

⁹ A ideia de diferentes gerações de sociólogos das classes sociais em Portugal foi partilhada com José Luís Casanova.

geração” iniciou-se com José Luís Casanova, e tem continuado com Elísio Estanque e Virgílio Borges Pereira.¹⁰

Comparando os projectos de investigação realizados no âmbito do CIES-ISCTE,¹¹ do CES na FE/UC¹² e no Instituto de Sociologia (UP),¹³ são em maior número as investigações realizadas no CIES-ISCTE tendo como problemática central ou complementar a questão das classes sociais.

As diferenças entre a sociologia produzida no CIES-ISCTE e Universidade do Porto e a que diz respeito ao CES (Universidade de Coimbra) também têm repercussões no percurso da sociologia das classes sociais no campo da investigação sociológica em Portugal. Ou seja, a problemática das classes sociais é apropriada diferenciadamente, quer nos aspectos epistemológicos fundamentais, quer quanto às opções teóricas e metodológicas directamente relacionadas com os procedimentos e processos de operacionalização que à sociologia das classes sociais dizem respeito.

A sociologia produzida no ISCTE e Universidade do Porto ancora numa forte relação entre teoria e pesquisa empírica, e privilegiam-se os estudos sobre o social-cultural, as estruturas sociais e o domínio do simbólico. O social prevalece a explicar o cultural, onde as classes sociais e as desigualdades sociais surgem como uma das principais dimensões explicativas. As teorias fundadoras marxista, weberiana e funcionalista, e contemporâneos como Anthony Giddens e Pierre Bourdieu são referências teóricas fundamentais na sociologia das classes sociais destes núcleos universitários.

Em Coimbra, o tratamento dado à questão das classes sociais caracteriza-se por uma maior delimitação epistemológica (teses da pós-modernidade), teórica (a partir da teoria crítica), problemática (a relação regulação/emancipação substitui a relação estrutura/acção) e metodológica, produzindo invariavelmente resultados diferentes.

¹⁰ Um aspecto revelador desta última geração de sociólogos das classes sociais tem a ver com o facto de, precisamente, José Luís Casanova, Virgílio Borges Pereira e Elísio Estanque inscreverem nos seus currículos, como área de interesse de investigação, a sociologia das classes sociais.

¹¹ “European Values Survey 1999 – análise de dados”; “European Social Survey”; “Literacia e outras competências na sociedade do conhecimento: perfis e processos”; “Novos contributos para o estudo da literacia: análises comparativas e desenvolvimentos teórico-metodológicos”; “Padrões de vida: perfis e tendências na sociedade portuguesa contemporânea” (2000/2003); “A modernização das estruturas sociais: recomposição social, novos valores, protagonismos emergentes” (1997/2000); “Cultura popular em Alfama” (1990/1998); “Os estudantes universitários e a sociedade portuguesa” (1997/2000); “Pobreza, classes sociais e modos de vida: Portugal no contexto europeu” (2005/2007).

¹² “Estrutura de classes e trajetórias de classe em Portugal” (com Elísio Estanque como principal responsável e concluído em 1997).

¹³ “Classes sociais e ‘modalidades de estilização’ na cidade do Porto” (Virgílio Borges Pereira) e “Transformações sociais numa colectividade local do Noroeste português” (José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira).

A presença da sociologia das classes sociais no sistema universitário

O contexto intelectual, académico, ideológico e social pós-1974 reforça ainda mais o estudo das classes sociais em Portugal. Como refere Madureira Pinto (2007), o marxismo era a orientação teórica mais marcante nas ciências sociais na época, e uma tal circunstância não poderia deixar de ter efeitos no trabalho sociológico desenvolvido e, naturalmente, no interesse pelas classes sociais.

As condições políticas e institucionais para o arranque das ciências sociais a partir de 1974 no ensino superior e o surgimento gradual de cursos de sociologia nas universidades portuguesas, fazem surgir naturalmente as classes sociais (e a sociologia destas) nos programas curriculares das licenciaturas.

Nascem licenciaturas em sociologia e a primeira da era democrática surge no ISCTE, logo em 1974. Em 1990/91 havia já no país oito licenciaturas, todas no sistema público de ensino, um número que, em 2003/04, subia para dezasseis, contando com cinco cursos sediados no segmento não público.¹⁴

A leccionação da disciplina de “Sociologia das classes sociais e da estratificação”, das licenciaturas em sociologia do Departamento de Sociologia do ISCTE, nasce logo desde o seu início. O mesmo acontece com a abertura do curso de sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, decorria o ano lectivo de 1985/86.

Actualmente, a disciplina de classes sociais (e estratificação) está presente em dez instituições de ensino superior: Universidade da Beira Interior,¹⁵ Universidade Autónoma de Lisboa,¹⁶ Universidade de Évora,¹⁷ Universidade do Minho,¹⁸ Universidade Lusófona,¹⁹ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa,²⁰ Faculdade de Letras da Universidade do Porto,²¹ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas,²² Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra²³ e Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.²⁴

¹⁴ A presença da sociologia no panorama universitário português verifica-se, quanto ao ensino superior público, no ISCTE, FCSH/UNL, FL/UP, FEUC, ISCSP/UTL, ISEG, universidades dos Açores, Algarve (Faculdade de Economia), Minho, Beira Interior, Évora e Trás-os-Montes e Alto Douro. No ensino privado ela marca presença na UAL, universidades Católica, Lusófona e Moderna e Instituto Piaget.

¹⁵ Na UBI com a cadeira de “Classes sociais e estratificação social” (2º ano/2º semestre).

¹⁶ Na UAL com a disciplina de “Estruturas e estratificação social” (3º ano).

¹⁷ Licenciatura na Universidade de Évora com a disciplina de “Estratificação e mobilidade social” (2º ano).

¹⁸ Na Universidade do Minho, “Classes e estratificação social” no 2º ano do curso.

¹⁹ Na Universidade Lusófona, “Classes e estratificação social” no 2º ano da licenciatura.

²⁰ Na FCSH/UNL, cadeiras de “Estratificação e mobilidade social” e “Classes e estruturas sociais”.

²¹ Na FLUP, no 3º ano da licenciatura, “Sociologia das classes sociais e da mobilidade” I e II. No mestrado em sociologia da FLUP, a disciplina “Sociedade portuguesa – estrutura e recomposição social”.

²² “Classes, estratificação e mobilidade social”, no 2º ano de licenciatura do ISCSP.

²³ Na FEUC/CES, “Desigualdades e mobilidade social” no 3º ano da licenciatura. “Análise de classes e transformação social” como unidade curricular optativa do programa de estudos dos mestrados em sociologia e relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo.

De salientar ainda, quanto à “reflexividade” produzida sobre o campo da investigação sociológica em Portugal, a leccionação da disciplina “Investigação sociológica em Portugal” do mestrado e programa doutoral em sociologia do Departamento de Sociologia do ISCTE (desde 2003),²⁵ e a cadeira “A investigação sociológica em Portugal” no plano de estudos do mestrado em sociologia das organizações e do trabalho (2º ano) no ISCSP.

4. Epistemologia, investigação e teorias das classes sociais: um percurso

Raízes epistemológico-metodológicas

Uma forte presença inicial das questões epistemológicas caracterizou o trabalho desenvolvido pela sociologia das classes sociais. Esse foi também um trabalho fecundo a partir do GIS e das figuras centrais de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto. A sociologia das classes sociais regia-se por uma constante relação intrínseca entre epistemologia e metodologia sociológica, ou seja, pela necessidade de fundamentação epistemológica dos modos de investigação. Para a superação do hiato entre as linguagens da teoria e da pesquisa empírica, torna-se necessária a especificação e axiomatização de teorias, bem como a construção de teorias auxiliares. A partir de uma avaliação crítica do modelo empirista da prática científica, discute-se o problema da medida e a elaboração do vocabulário da pesquisa empírica. A função de comando na investigação sociológica pertence à teoria.

Paralelamente, a sociologia das classes sociais acompanhava a evolução que a sociologia portuguesa tomava quanto às principais opções teóricas e paradigmas da sociologia. Como salienta Madureira Pinto, “pode afirmar-se que, pelo menos até ao fim dos anos oitenta, não havia na comunidade sociológica portuguesa indícios evidentes de normalização paradigmática, nela coexistindo pacificamente contribuições associadas aos quadros teóricos convencionais da disciplina: marxismo, estruturo-funcionalismo (sobretudo de inspiração mertoniana), interaccionismo simbólico e outras correntes fenomenológico-compreensivas. Começava, no entanto, a ser notada alguma tendência para recorrer ora a tentativas de síntese teórica, como as propostas por Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, ora ao quadro, em

²⁴ “Classes sociais e estratificação” no 2º ano da licenciatura do ISCTE.

²⁵ Para um ponto de partida sobre o campo da investigação sociológica e as práticas sociológicas em Portugal, ver Costa (1988 e 1996) e Machado (1993 e 1996).

reactualização permanente, da ‘teoria crítica’, ora, ainda, a abordagens simbólico-construtivas muito próximas das preocupações da filosofia e das ciências da linguagem” (Pinto, 2007: 86).²⁶

Período de emergência da sociologia das classes sociais (1960-1979)

Na fase de emergência da sociologia das classes sociais, destacam-se os contributos de Nunes e Miranda (1969), Almeida (1970), Sousa e Freitas (1973), e Freitas, Almeida e Cabral (1976 a e b).

Adérito Sedas Nunes e David Miranda (1969), se bem que teoricamente situados no paradigma da estratificação social, revelam igualmente nas suas análises influências marxistas. Encontram-se referências teóricas de Poulantzas e Pierre Bourdieu e, na fundamentação da estratificação social como estrutura, alude-se a Talcott Parsons. José Carlos Ferreira de Almeida (1970) centra-se na relação teórica entre mobilidade e posições sociais. Este autor acentua a necessidade de se ter em conta as trajectórias de mobilidade como elemento importante para uma mais correcta caracterização das próprias posições sociais. Sousa e Freitas (1973), partindo do conceito de classe tal como foi definido por Poulantzas, vão ao encontro de referências teóricas que contribuam para o estudo da evolução da classe operária em Portugal, para o período compreendido entre 1940 e 1970.

Em *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*, Eduardo de Freitas, João Ferreira de Almeida e Manuel Villaverde Cabral introduzem noções e conceitos a ter presentes ao iniciar um trabalho sobre as estruturas agrárias portuguesas. As teses em presença desdobram-se em dois temas principais: as modalidades de penetração do modo de produção capitalista na agricultura, e as classes sociais e suas fracções, presentes nos campos em Portugal.

Pesquisas fundadoras da sociologia das classes sociais em Portugal (1980-1986)

Na fase marcada pelo trabalho fecundo e inovador dos “pais fundadores” da sociologia das classes sociais em Portugal, este é visível em Almeida (1981 e 1986d), Mozzicafreddo (1981) e Madureira Pinto (1985).

Como afirma João Ferreira de Almeida, “falar de classes é sempre, e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais, que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria

²⁶ Como refere João Ferreira de Almeida, a sociologia deverá continuar a prosseguir de um pluriparadigmatismo teórico para um transparadigmatismo de síntese.

identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem, e falar das estruturas que delimitam duradouramente o espaço em que esses processos ocorrem” (1981: 232). O autor discute as propostas de Marx, Olin Wright, Thompson, Poulantzas e Pierre Bourdieu, entre vários outros autores de escolas de pensamento que partem de uma análise classista. A argumentação teórica levanta os problemas dos lugares e protagonistas, trajectos e disposições, contornos de classe e operacionalização do conceito enquanto unidade de análise.

Juan Mozzicafreddo (1981) situa comparativamente os problemas levantados pelas teorias das classes sociais desenvolvidas por Nicos Poulantzas e Erik Olin Wright, no que concerne à distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, à significação social da distinção e ao conceito de “situação social do trabalho”, à articulação dos critérios políticos, económicos e ideológicos na construção das classes, e às formas de reconversão analítica das teorias das classes sociais. O autor procura lançar hipóteses para uma análise dos conflitos sociais, tomando em conta os lugares de classe contraditórios (segundo Wright) e as posições e lutas de classes.

Classes Sociais nos Campos – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste (Almeida, 1986d) e *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica* (Pinto, 1985b) forneceram para o futuro da sociologia das classes sociais importantes contributos teóricos, problemáticos e metodológicos.

João Ferreira de Almeida procura compactar uma matriz teórica no que à sociologia diz respeito. São teorias auxiliares a teoria das classes sociais e a teoria das funções do espaço rural. O autor faz uma conjugação da análise das classes e da análise da estratificação. Na sua pesquisa recorre ao estudo das classes e fracções em presença. Classes e fracções cujo comportamento depende, naturalmente, das condições de vida e de trabalho que lhes estão na origem, e para as quais, na agricultura, continua ainda a desempenhar papel de relevo a estrutura e a distribuição da propriedade fundiária. Classes, para cujas características próprias contribui o peso relativo que têm num determinado contexto, bem como o sistema de relações em que se acham envolvidas com outras classes e fracções, locais e exteriores. “Classes, por último, que ganham potencialidades em termos analíticos quando se supera a tradicional visão atomista que as concebe como um aglomerado de indivíduos, para considerar antes os grupos domésticos como referência de base, como centro fundamental, ainda que internamente contraditório, de estratégias sociais” (Almeida, 1986d: 22).

Madureira Pinto discute o fenómeno de proletarização ou semiproletarização dos activos agrícolas, quais os principais problemas que se põem na identificação das classes sociais envolvidas nos processos de produção agrícola, e a estrutura de classes ligada à agricultura portuguesa. Burguesia agrária, proletariado agrícola e campesinato parcial são o conjunto das grandes categorias a partir das quais parece poder analisar-se a estrutura de classes e fracções de

classe ligadas à esfera de produção agrícola. Como afirma o autor, “fenómenos como a própria industrialização do espaço rural, a criação de postos de trabalho adicionais na construção e manutenção de infra-estruturas básicas e, de um modo geral, em actividades ‘terciárias’, o desenvolvimento de redes e tecnologias de transporte, permitindo encurtar as distâncias, fizeram, de facto, com que o processo de semiproletarização/expropriação do campesinato viesse a complexificar o sistema de lugares de classe que permitem dar conta da estrutura social das colectividades rurais” (Pinto, 1985b: 297).

Institucionalização e consagração (1987-1999)

No período de institucionalização e consagração da sociologia das classes sociais portuguesa, são importantes os contributos de Costa (1988 e 1999), Almeida, Costa e Machado (1994), Machado e Costa (1998), Guerreiro (1989, 1992 e 1996), Ana Nunes de Almeida (1991, 1992, 1993a e 1993b), Vieira (1993) e Estanque e Mendes (1998 e 1999).

Costa (1988) colocou em evidência reflexões teóricas ainda de grande actualidade, onde se exercita uma discussão enriquecedora da teoria, em sentido restrito, das classes e estratificação, num diálogo constante com as próprias teorias sociológicas. O autor, a partir da análise ao conceito de exploração de Roemer, confronta as teorias marxistas das classes sociais e conclui julgar indispensável “repensar as definições clássicas e o relacionamento recíproco das problemáticas sociológicas das classes sociais e da estratificação” (1987: 586). Qual o estatuto das dimensões não económicas no conceito de classe? Qual o interesse das noções de interesse na teoria das classes? Como se podem conceber as relações entre lugares na estrutura de classes e as classes como forças sociais? Qual a relação entre holismo e individualismo, cultura e razão prática na análise das classes? António Firmino da Costa identifica igualmente algumas linhas de aproximação entre o conceito de exploração de Roemer e a teoria da justiça de Rawls.

Maria das Dores Guerreiro, ao estudar as relações entre a família e a empresa no âmbito das (pequenas e médias) empresas em Portugal, fez convergir igualmente a sua investigação para uma análise do espaço social das classes. No quadro das suas preocupações analíticas esteve a identificação das famílias dos empresários em termos dos lugares de classe e das respectivas trajectórias sociais – nomeadamente no que respeita à sua situação socioeconómica, profissional e aos percursos escolar, familiar e geográfico. A posição social que os pequenos e médios empresários representam na sociedade portuguesa assume determinadas especificidades sociais comparativamente com a generalidade das restantes classes e grupos sociais. Por um lado, distinguem-se das largas camadas de assalariados, nas quais há uma clara dissociação entre a esfera da instituição empresarial e a esfera da vida familiar dos empregados; por outro,

distinguem-se da burguesia capitalista, porque não são detentores de grandes capitais nem de um status social elevado; serão mais próximos dos camponeses e artesãos, mas distinguem-se destes na gestão da unidade económica, porque contratam assalariados no mercado de trabalho e possuem uma estrutura organizacional mais complexa e diferenciada, funcional e hierarquicamente (Guerreiro, 1992).

A partir de um centramento da análise na relação problemática entre a sociologia das classes sociais e a sociologia da família, Ana Nunes de Almeida (1991, 1992, 1993a e 1993b) estudou as famílias operárias no Barreiro. Como refere a autora, “na história da industrialização portuguesa e no diversificado e especializado espaço económico a que ela dá origem, o Barreiro surge, em plena bacia do Tejo, como um dos excepcionais, mais remotos (e talvez derradeiros) exemplos de uma grande concentração industrial no nosso país. Os contornos excessivos e dramáticos de que se revestiu esse crescimento trouxeram sem dúvida para o primeiro plano da análise a realidade específica das classes sociais em presença neste espaço” (Almeida, 1992: 30). O impressionante peso dos trabalhadores por conta de outrem e, designadamente, dos operários da indústria na população activa residente local, a importância e antiguidade que aí detinham as relações de produção capitalistas, bem como a exclusividade do salário industrial na composição do rendimento familiar, eram marcas salientes do Barreiro. Tratava-se de uma mão-de-obra industrial predominantemente masculina, cujas características de qualificação escolar e profissional ou mesmo as condições privilegiadas de remuneração, no contexto português, a aproximavam da noção de uma aristocracia operária moderna. Ana Nunes de Almeida superava uma visão atomista, estabilizada e imutável da classe operária, focalizando o olhar analítico nas relações familiares operárias e na sua relação com a fábrica, constringidas pelo contexto da produção material e da estrutura social, e simultaneamente geradoras e reconfiguradoras de estratégias familiares próprias.

Como assinala Maria Manuel Vieira (1993), o seu artigo é um exercício epistemológico com o objectivo de questionar e dar sentido a um simples alinhamento rotineiro de uma série cronológica de correntes, teorias ou autores. A existência de um património sociológico acumulado sobre o problema das classes pressupõe a necessidade de fazer pontos de situação parciais, visando a clarificação teórica e semântica dos termos. A inflação conceptual e semântica, no campo das teorias das classes e da estratificação, não somente deve ser assinalada e clarificada como deve constituir ela própria objecto de reflexão. Como refere, face aos radicalismos teórico-ideológicos e às visões unidimensionais sobre a estrutura social têm-se afirmado um conjunto de propostas teóricas diversificadas cujo denominador comum assenta numa utilização mais eclética de correntes e temáticas. Os autores de maior expressão desta

postura são Giddens e o seu sistema de “estruturação de relações de classes”, e Pierre Bourdieu, através de uma concepção não fixista, mas dinâmica e relacional, das classes sociais.

Almeida, Costa e Machado (1994) e Machado e Costa (1998) procuram caracterizar as principais continuidades e mutações ocorridas na estrutura social portuguesa entre 1960 e 1990, bem como o modo como os processos de recomposição socioprofissional verificados implicaram causas e consequências na estrutura de classes e mobilidade social da sociedade portuguesa. No espaço social rural observa-se o fortíssimo declínio dos assalariados agrícolas a partir dos anos 60 e a progressiva redução do campesinato. Em contraponto, assistiu-se ao aumento continuado dos empregados executantes dos escritórios, comércio e serviços. Os quadros técnicos assalariados das empresas, dos serviços públicos e da administração estatal registam taxas de crescimento bastante significativas a partir de meados dos anos 70 – acompanhando e protagonizando processos sociais de escolarização superior, de desenvolvimento do Estado-providência e de modernização económica e cultural. A partir dos anos 80 observa-se um grande aumento do grupo profissional dos directores e quadros dirigentes, sobretudo graças ao crescimento de um número elevado de PME. Os fracos recursos escolares dos patrões portugueses e a escolarização superior dos profissionais técnicos e de enquadramento indicia a existência de duas lógicas distintas de mobilidade social ascendente por parte das classes sociais superiores em Portugal. A actividade empresarial, por um lado, e os estudos universitários, por outro, têm constituído duas vias institucionais importantes, mas bastante dissociadas, destas trajectórias sociais. Contudo, apesar de a mobilidade social ascendente ter caracterizado a estrutura social portuguesa entre 1960 e 1990, persistem formas de pobreza tradicional e surgem situações de nova pobreza, o que configura trajectos de reprodução duradoura de condições sociais desfavorecidas e processos de mobilidade social descendente.

Estanque e Mendes (1998), seguindo uma orientação neomarxista, fazem uma aplicação do modelo teórico de Erik Olin Wright, ou seja, a partir da matriz geral da localização de doze lugares de classe. Este projecto de investigação, do ponto de vista teórico, segue premissas que passam por tentar weberianizar o marxismo e levanta a questão do macro e do micro na análise das classes. Os principais conceitos em causa no estudo são: exploração, estrutura de classes, localização de classe, formações de classe, práticas de classe, luta de classes, consciência de classe.

A obra *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural* (Costa, 1999) é exemplar quanto ao eclectismo teórico e à tentativa de diversificar a problemática da teoria das classes sociais. A sociedade de bairro alfamista e as formas de identidade cultural que nela se geram são analisáveis em termos de três dimensões: cultura, classe e interacção. O modelo de análise da investigação envolve, no essencial, a articulação de três conceitos: padrões culturais,

classes sociais e quadros de interacção. Neste trabalho, o autor recenseia as características mais interessantes da actual sociologia das classes sociais: o carácter mediador e a focalização nos protagonistas sociais; a multidimensionalidade e concepção estrutural; a perspectiva relacional e praxiológica; a orientação teórico-empírica e pressupostos conceptuais renovados; a integração de perspectivas e do campo analítico; a actualidade e a transversalidade dos principais indicadores.

Internacionalização e desafios actuais (de 2000 à actualidade)

O quarto período da sociologia das classes sociais na produção científica em Portugal incorpora sobretudo as investigações de Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida (2000), Estanque (2000), Machado (2002), Casanova (2004), Pereira (2005) e Almeida, Machado e Costa (2007).

O actual contexto de globalização coloca novas questões à análise das relações de classe. Clarificando o posicionamento teórico e as possibilidades operatórias da actual sociologia das classes sociais e da estratificação, o artigo “Classes sociais na Europa” (2000) procura proceder a um exame comparativo, no âmbito da União Europeia, de um conjunto seleccionado de indicadores de recomposição social, tendo como principal eixo de análise o confronto entre parâmetros nacionais e globais de estruturação das relações de classe. Trata-se de uma investigação que procura integrar novos contributos para as teorias das classes sociais, de autores como Bourdieu, Marshall, Eder, Erikson e Goldthorpe, Esping-Andersen, Wright, Milner, Lee ou John Scott.

Em Estanque (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividade e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, o autor trabalha os conceitos de identidade e subjectividade na análise das classes. Ou seja, de que modo na formação da classe operária intervêm os processos comunitários e identitários. Articulando estrutura de classes, industrialização e identidades culturais em mudança, Elísio Estanque contribui para o estudo dos modos de relação entre lazer, classes sociais, processos produtivos e acção colectiva.

Fernando Luís Machado (2002) procura reforçar o conceito de etnicidade com a composição e trajecto social das populações migrantes – sobretudo a condição socioprofissional e a localização de classe – de modo a romper com a homogeneidade (culturalista, racial ou política) tantas vezes atribuída às populações migrantes, clarificando que a classe social poderá constituir um importante factor de diferenciação interna. Mas as modalidades particulares de inserção dos guineenses na esfera profissional colocam à análise das classes novos desafios. Analisadas as composições de classe dos migrantes ao nível individual e familiar, percebe-se que nem uma nem outra resolvem o problema inicialmente colocado sobre a situação

profissional precária e informal de muitos desses migrantes, especialmente dos que trabalham na construção civil e nos serviços pessoais e domésticos. Uma análise multidimensional do conceito de classe social deverá, por isso, distinguir localizações formais / informais ou estáveis / precárias, tal como ainda encarar os trajectos migratórios entre as sociedades de partida e de chegada também como trajectórias de classe. Como refere o autor, “equacionar o problema das trajectórias de classe entre sociedades diferentes implica considerar continuidades e comunicabilidades entre estruturas sociais, independentemente das fronteiras entre os territórios a que essas estruturas se reportam” (2002: 209). Ou seja, “trata-se, afinal, de aplicar ao estudo das trajectórias de classe o princípio de que para compreender as migrações, os migrantes e as suas situações sociais temos de considerar, desfazendo a ideia de uma imigração homogénea, tanto variáveis de chegada como variáveis de partida, sendo que uma dessas variáveis de partida consiste num determinado perfil de classe no quadro da sociedade de origem” (Machado, 2002: 209).

José Luís Casanova (2004) constrói um modelo para analisar naturezas sociais, ou seja, orientações naturalizadas nos indivíduos. Esse modelo assenta numa crítica e num desenvolvimento do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. É proposto o conceito de orientações sociais, que se naturalizam em condições sociais de vida, demarcadas por diferenças de escolaridade e de categorias socioprofissionais. As orientações sociais são constituintes de valores, representações e práticas sociais, que envolvem graus diversos de reflexividade social e de exercício da cidadania política.

Virgílio Borges Pereira (2005), tomando a cidade do Porto como referente central de análise das relações entre as classes sociais e as modalidades de estilização da vida, desenvolve a construção de um percurso teórico e prático de investigação no domínio das relações estabelecidas entre o espaço das classes sociais e o espaço dos relacionamentos quotidianos que os agentes sociais desenham nos diferentes campos do social. A estrutura do espaço social portuense possui uma configuração profundamente diferenciada e amplamente hierarquizada, o que abre terreno analítico para dinamizar plenamente o conceito de *campo das classes sociais*. Virgílio Borges Pereira ensaia uma estratégia analítica que procura integrar o conhecimento sobre as principais dinâmicas de estruturação do espaço social das classes e dos estilos de vida com os locais e domínios mais próximos da formação do quotidiano das classes sociais.²⁷ As configurações da constituição das classes sociais, das práticas sociais e culturais e das representações simbólico-ideológicas dos agentes sociais da cidade estão interligadas com os processos que directamente dizem respeito às relações com os campos (sócio)económico, escolar

²⁷ O autor salienta a importância da divisão territorial que separa o núcleo antigo, a área central, a periferia (oriental ou não) e a faixa atlântica da cidade do Porto, e o modo como no interior destes contextos se acentuam processos alternativos de produção das classes e do quotidiano.

e cultural, ou à formação das redes relacionais e ao associativismo, à religião, à produção dos comportamentos político-eleitorais, às representações em torno do território, do trabalho, do futuro e da mudança social.

Almeida, Machado e Costa (2007) reflectem problemáticamente sobre as relações entre estruturas de classes e padrões de valores, aos níveis nacional e transnacional, o que “pode ser cognitivamente muito promissor, desde que ambos os conceitos sejam bem trabalhados dos pontos de vista teórico e operativo” (Almeida, Machado e Costa, 2007: 70). A análise das classes à escala europeia, ao nível dos valores percentuais das diferentes classes sociais em cada estrutura de classes nacional, permite sublinhar as semelhanças e diferenças sociais, culturais, económicas e territoriais no espaço europeu. Neste texto, a análise das classes sociais também permitiu o tratamento de dados habitualmente tratados no quadro da sociologia política, valorizando uma aproximação substantiva entre pertenças de classe, orientações ideológico-políticas e práticas eleitorais.²⁸

5. Temas e desenvolvimento de problemáticas

No que diz respeito à investigação sociológica das classes sociais em Portugal, ela contempla actualmente a produção científica de sete eixos problemáticos, tipificáveis nos seguintes temas: 1) *estruturas de classes e análises transversais sobre a sociedade portuguesa*; 2) *classes sociais, família e género*; 3) *classes sociais, educação, juventude e literacia*; 4) *classes, trabalho e identidades sociais*; 5) *classes sociais, pobreza e exclusão social*; 6) *classes sociais e etnicidade*; e 7) *classes sociais, valores e culturas de classe*.²⁹

Estruturas de classes e análises transversais sobre a sociedade portuguesa

A fase de emergência da sociologia das classes sociais em Portugal é rica em análises transversais sobre a sociedade portuguesa. Sedas Nunes (1964) – e a tese da sociedade dualista em evolução –, Sedas Nunes e David Miranda (1969), Martins (1998 [1971]), Freitas (1973) – e a

²⁸ O autor deste *e-working paper* procura precisamente trabalhar nesta linha de investigação, ao procurar problematizar comparativamente, a partir dos dados do European Social Survey (2002, 2004 e 2006), sobre as relações entre classes sociais, valores e acção colectiva nos vários países europeus.

²⁹ A investigação sociológica sobre uma sociologia especializada e respectivo subcampo obriga e aconselha à tentativa de delimitação de problemáticas, onde estas possuam centralidade quanto ao seu objecto de estudo principal, ou uma forte aplicação complementar do seu corpo de conhecimentos especializados. Torna-se ainda possível considerar diacronicamente a existência, no interior da sociologia das classes sociais em Portugal, de *problemáticas fundadoras, problemáticas precursoras e problemáticas de desenvolvimento analítico*.

sua tese da polarização das relações sociais em Portugal –, e Freitas, Almeida e Cabral (1976a e b) – relacionando capitalismo, classes sociais e estruturas agrárias –, procuram, de uma forma ou de outra, interpretar a sociedade portuguesa da época tomando como referência problemática indispensável as classes sociais.

Foram problemáticas precursoras, pelos impactos posteriores que vieram a ter no campo emergente da sociologia das classes sociais, e nas potencialidades de investigação reveladas até à actualidade, os estudos de Pinto (1985b) e Almeida (1986d). Foram essencialmente a recomposição de classes e a adquirida proeminência do campesinato parcial que veicularam fluxos específicos de influência e de troca com o exterior, que fizeram emergir novos mediadores e novos dirigentes, que conduziram a novas formas de socialização e a novas atitudes, que inflectiram, de um modo global, os antigos rumos das colectividades nos campos em Portugal.

As transformações e evoluções na sociedade portuguesa foram sendo acompanhadas pelos sociólogos portugueses. Das várias obras produzidas,³⁰ dois textos fundamentais apoiam-se em, e procuram interpretar, os processos sociais de mudança, apropriando e incorporando as classes sociais nas suas análises: *Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos* (Almeida, Costa e Machado, 1994), e *Portugal, Que Modernidade?* (Viegas e Costa, 1998).

Como salientam Almeida, Costa e Machado (1994), factores estruturais como a evolução demográfica da população portuguesa – com o envelhecimento, a redução da natalidade e da fecundidade –, o reforço da litoralização e urbanização – com consequentes desigualdades regionais associadas –,³¹ os fluxos migratórios externos – emigração, retorno das ex-colónias, regresso de emigrantes e imigrantes – que marcaram de forma permanente a sociedade portuguesa, a composição social dos sectores de actividade – com o recuo significativo da agricultura, estabilização decrescente da indústria e crescente emprego no sector dos serviços (terciarização) –, a rápida progressão da participação feminina na actividade profissional,³² e a

³⁰ Entre elas destacam-se *Portugal: Um Retrato Singular* (1993) (coordenada por Boaventura de Sousa Santos), ou *A Situação Social em Portugal, 1960-1995* (1996) e *A Situação Social em Portugal 1960-1999* (2000) (organização de António Barreto). Mas estas são obras que não atribuem centralidade às dinâmicas das classes sociais verificadas na sociedade portuguesa.

³¹ Os processos de recomposição social desdobram-se no espaço segundo modalidades territorialmente específicas. Alguns dos aspectos mais salientes das relações entre classes sociais e território na sociedade portuguesa traduzem-se, nomeadamente, nas diferenciações entre Norte e Sul, litoral e interior, campos e cidades. Estes eixos de estruturação constituem um pano de fundo no quadro do qual se vão reordenando as configurações espaciais mais finas da estrutura de classes.

³² Como referem os autores, “tudo aponta para que, como noutros aspectos da sociedade portuguesa contemporânea, se esteja perante a coexistência e sobreposição de dinâmicas sociais diversas. A um certo nível, comandará a procura de condições de independência pessoal e realização profissional por parte das mulheres. A outro nível, marcarão presença constrangimentos económicos e simbólicos fortes face a vastos sectores das famílias portuguesas: as de menores recursos agirão por razões de simples sobrevivência, outras, menos carenciadas, procuram acompanhar novos padrões de referência quanto a patamares de consumo e esforços de escolarização dos filhos, ou esperam dotar-se de condições para eleger novos estilos de vida. Em todos os casos, o trabalho feminino é recurso essencial a mobilizar” (Almeida, Costa e Machado, 1994: 325).

evolução dos níveis de escolaridade, todos estes factores tiveram profundas implicações na recomposição das classes sociais e nos processos de mobilidade social da sociedade portuguesa.

A obra *Portugal, Que Modernidade?* (Viegas e Costa, 1998) é o resultado de um conjunto vasto de investigações sociológicas sobre a sociedade portuguesa, que assume como centralidade as características da sociedade portuguesa contemporânea, as transformações por que esta tem vindo a passar, e as dinâmicas sobrepostas e entrecruzadas que a atravessam. Consta-se nos diversos planos de análise que os desfazamentos da situação portuguesa relativamente à generalidade dos países da União Europeia resultam mais das diferenças de partida do que da dinâmica dos últimos anos. A obra foi construída sobretudo a partir de três perspectivas: “em primeiro lugar, análises estruturais e culturais dando conta de grandes transformações que atravessam o tecido social no seu todo, em várias dimensões fundamentais das relações sociais; em segundo lugar, análises de determinados sectores, particularmente significativos enquanto agentes sociais na actualidade, configurando situações e dinâmicas contrastantes, de elite e de exclusão; em terceiro lugar, análises relativas a processos de reconfiguração de alguns domínios institucionais e territoriais decisivos, bem como de políticas que sobre eles incidem e os atravessam” (Viegas e Costa, 1998: 5).

Machado e Costa (1998), reflectindo e comparando o posicionamento da sociedade portuguesa no contexto europeu, apontam a coexistência de dinâmicas desarticuladas na sociedade portuguesa contemporânea, considerando-a cenário de processos de uma modernidade inacabada. A importância das transformações sociais ocorridas revela aspectos paradoxais: “por exemplo, o crescimento progressivo da escolaridade vem a par da persistência de níveis de escolarização muito baixos pelos padrões europeus; as altas taxas de actividade feminina correspondem, em grande medida, tanto a duros constrangimentos económicos como a tendências de emancipação social das mulheres; a expansão das novas classes médias não impede que o peso relativo no tecido económico e social dos segmentos profissionais de qualificações científicas e técnicas elevadas seja ainda bastante reduzido em termos comparativos internacionais” (Viegas e Costa, 1998: 5). Só a partir dos anos 70 e na década seguinte a tendência de terciarização se consolida, ao mesmo tempo que se assiste à queda do primário para valores mais próprios de uma estrutura socioeconómica moderna. A terciarização mantém, por outro lado, uma relação de alimentação recíproca com o aumento continuado dos níveis médios de escolaridade. É por referência às actividades de serviços, mais do que a quaisquer outras, que o conhecimento e a informação se tornam factores centrais das economias modernas. Apesar desta evolução rápida, os níveis de terciarização em Portugal são os mais baixos da União Europeia, longe dos registados nos países economicamente mais avançados. A categoria dos empregados executantes é uma das que melhor protagonizam a terciarização da sociedade, sendo, na maioria dos países

européus, a classe social mais numerosa, lugar que em Portugal ainda é actualmente ocupado pelo operariado.

A questão da mobilidade social foi tema de investigação de Almeida, Costa e Machado (1994), Magalhães (1994), Machado e Costa (1998), Cabral (1998), Estanque e Mendes (1998 e 1999) e Queiroz (2005). Estes autores debatem os processos de mobilidade intergeracional e intrageracional (ascendente e descendente), as trajectórias de classe, relações inter e intraclassistas, as atitudes de classe, os impactos da mobilidade social, as permeabilidades das fronteiras de classe, ou as grandes tendências de evolução da estrutura de classes em Portugal.

Como apontam as análises de Almeida, Costa e Machado (1994) e Machado e Costa (1998), no que se refere aos padrões e tendências da mobilidade social na sociedade portuguesa, as últimas décadas foram de grande transformação estrutural. Uma parte dos fluxos que se poderiam considerar ascendentes corresponde, de facto, a mobilidade estrutural, e é o próprio movimento global da estrutura social que gera fluxos de mobilidade social entre categorias socioprofissionais estruturalmente em declínio. Verificaram-se trajectos de ascensão social muito significativos, que transportam os seus protagonistas, no tempo de uma geração, dos lugares mais baixos para os mais altos na estrutura social. A generalização da frequência do sistema de ensino foi uma das transformações estruturais mais marcantes das últimas décadas na sociedade portuguesa, valendo a pena estabelecer a relação mais geral e directa entre escolarização e mobilidade social, como se verifica no caso dos profissionais técnicos e de enquadramento.

Classes sociais, família e género

A sociologia da família portuguesa consolidou uma longa tradição de estudos relacionados com as classes sociais. Esta complementaridade analítica constata-se no trabalho realizado no CIES-ISCTE e Instituto de Ciências Sociais (ICS), de que fazem parte, principalmente, Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall. As classes sociais inserem-se nos processos estruturais das mudanças familiares, ou no que diz respeito à relação entre famílias e meios sociais. “Problematizando a visão dualista da estrutura de classes e a sua abordagem exclusivamente atomista, indivíduo a indivíduo, a nova perspectiva privilegiava a discussão teórica e a pesquisa empírica sobre os casos ‘híbridos’ (como camponeses parciais ou operários pluriactivos em contextos de industrialização difusa) ou ainda os casos ‘problema’ do ponto de vista de categorizações prevalecentes (as ‘classes médias’, com posições contraditórias nas relações sociais de produção), propondo e desenvolvendo,

metodologicamente o seu estudo, em espaços locais precisos, a partir da posição e das trajectórias não do indivíduo, mas do seu grupo doméstico de pertença” (Almeida *et al.*, 1998: 58).³³

Ana Nunes de Almeida (1984, 1985 e 1986b) reconstitui biografias familiares de mulheres de classes populares de origem rural em meio urbano. A partir da análise dos percursos de trabalho dentro e fora de casa e das formas de organização interna da família, procura perceber as implicações familiares correlacionadas com o projecto migratório encetado. “Apesar da mudança acentuada das condições materiais de vida, implicada na vinda para a cidade e na entrada no universo local das profissões mais desqualificadas dos sectores secundário e terciário, o modelo normativo tradicional de divisão das tarefas conjugais e a modalidade assimétrica de distribuição de poderes atravessa essa mudança com estabilidade” (Almeida *et al.*, 1998: 59).

No bairro de Alfama, estudado por António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro (1984), e por esta última (1986), está-se perante um contexto profundamente marcado por práticas sociais e culturais ligadas às actividades do porto de Lisboa e profissões a ele associadas. O desempenho profissional feminino é frequente e essencial para o orçamento familiar doméstico; as redes de entajuda entre as mulheres da mesma família são facilitadas pela fortíssima densidade e proximidade geográfica; e o indiscutível protagonismo feminino familiar, social e económico, no meio social do bairro popular, problematiza a imagem da família nuclear parsoniana.

A pesquisa de Ana Nunes de Almeida sobre as famílias operárias no Barreiro (1993b) permitiu compreender a relação estrutural de como, ao nível macro-social, o acentuado desenvolvimento industrial do Barreiro e restante Margem Sul do Tejo se encontra intimamente associado com as trajectórias sociais, processos de socialização, estratégias familiares e níveis de natalidade e de fecundidade por parte das respectivas famílias operárias. A reconstituição sistemática de geneologias familiares e destinos operários no Barreiro permitiu compreender o investimento escolar dos operários em relação aos seus filhos. Associados a um empenho crescente das famílias no processo de socialização escolar infantil e juvenil, a diversidade dos comportamentos procriativos e os níveis altos de fecundidade desaparecem. Os casais operários optam por um ou dois filhos, em ruptura completa com as lógicas transportadas do passado. Ana Nunes de Almeida aborda igualmente a questão da “esposa doméstica” (1993a e 1993b). É entre os operários que se encontram as mais elevadas taxas de inactividade feminina. Nestas famílias operárias do Barreiro, é sobretudo um determinado tipo de trajectória social (e não uma vocação ou representação) que determina a realidade da esposa doméstica. E ficar em casa após o casamento é, antes de tudo, nestas famílias operárias, o sinal de uma desvantagem social.

³³ Neste sentido, o estudo de João Ferreira de Almeida sobre os camponeses parciais em Fonte Arcada (1986d) foi pioneiro quanto ao tratamento do lugar de classe do grupo doméstico.

Ao estudar a sociedade rural do Baixo Minho, Karin Wall (1994) concede uma atenção particular às dimensões internas da vida familiar, às formas de construção da interacção no seu interior e à interpretação das suas mudanças ao longo do tempo. A composição morfológica dos agregados domésticos, as trajectórias de vida dos seus membros, a organização doméstica, a distribuição desigual dos recursos fundiários e a própria socialização das crianças revelam uma significativa variabilidade das dinâmicas familiares no mundo rural, também elas relacionadas com as principais situações de classe encontradas na pesquisa empírica.

Maria das Dores Guerreiro (1996) procurou aprofundar a relação entre estratégias matrimoniais e estratégias empresariais, ou seja, a natureza dos recursos e capitais presentes no caso dos pequenos empresários, tal como o modo de relação do cônjuge e membros da família com a empresa. Verificou-se a sobreposição que, nas famílias de pequenos empresários, tende a ocorrer entre papéis e interacções na família e papéis e interacções na empresa. Ou seja, na família de pequenos empresários a empresa constitui-se em centro de gravidade do quotidiano familiar.

A produção sociológica de Anália Torres também é construída tomando como referencial problematizador a sociologia das classes sociais. Esta influência é visível sobretudo nos seus estudos sobre o *Divórcio em Portugal* (1996) e o *Casamento em Portugal* (2002). As condições de existência, a classe social, a idade, o sexo, a partilha de um universo social de condições objectivas e referências simbólicas condicionam as formas de encarar e praticar o casamento e o divórcio. As diversas formas de conjugalidade e modelos de divórcio variam em função dos sectores socioprofissionais em causa. São as profissões liberais, os quadros superiores e médios, e os que têm maior grau de instrução os que mais protagonizam a ruptura conjugal e em moldes menos rígidos e normativos. Nas mulheres de profissões menos qualificadas, nomeadamente operárias e jovens, verifica-se o cumprimento de um conjunto de deveres; mesmo que tal signifique sacrifícios individuais, as responsabilidades não são assumidas pelo cônjuge e é posta em causa a solidariedade familiar.

Como concluem Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, “vários trabalhos de sociologia da família portuguesa realizados nos últimos 20 anos dão grande atenção às relações entre famílias e meios sociais, entre estratégias familiares e contexto social de pertença do grupo doméstico. As pesquisas centram-se no estudo das famílias camponesas, das famílias operárias, das famílias de pequenos empresários e das famílias urbanas de meios populares e desfavorecidos, procurando perceber as diversas articulações da vida familiar com a esfera da produção económica, os papéis masculinos e femininos e as formas de poder no seio dos grupos domésticos, as interacções familiares e respectivas mutações temporais, as estratégias familiares, as relações parentais e os modos de socialização dos filhos. Estes estudos têm contribuído para

um conhecimento mais aprofundado da estrutura de classes existente em Portugal e, ao mesmo tempo, evidenciado a diversidade de situações familiares, nas formas e estruturas, nas posições e estratégias, nas práticas e interacções, nos trajectos e destinos sociais, decorrentes dos diferentes meios sociais e lugares de classe em que os grupos domésticos se situam” (1998: 75).

Classes sociais, educação, juventude e literacia

Sedas Nunes (1968a, 1968b e 1970, ver também Nunes e Miranda, 1969) demonstrou o carácter de instituição de classe da universidade portuguesa no período anterior a 1974. Em 1960, apenas 1,2% da população activa com profissão possuía, na Metrópole, educação de nível superior. A população universitária era reduzida mas, apesar de um contínuo crescimento durante quase um quarto de século (159%), ela crescia sem, todavia, romper com um esquema de acesso aos cursos universitários fortemente “selectivo” do ponto de vista social, ou seja, essencialmente confinado às classes dominantes e aos estratos médios-superiores da sociedade.

O sistema universitário é “liberal” em relação ao acesso dos estudantes. Poucos são, na verdade, os candidatos a universitários que os exames de admissão eliminam. A selecção social classista dos estudantes acontece, essencialmente, antes dos cursos secundários e, depois, ao longo deles. O recrutamento universitário é feito, basicamente, ano a ano, entre os escassos “sobreviventes” de cada geração escolar.

As universidades estão institucionalmente concebidas para os filhos das classes superiores: “por um lado, reforçam a posição das classes dominantes, seja porque permitem incrementar as componentes do prestígio e do poder cuja importância se avoluma (a instrução), seja porque lhes facultam a possibilidade de operarem, em condições mais favoráveis do que se a instrução universitária lhes faltasse, a sua reconversão social, quando esta se revela inevitável” (Nunes, 1970: 705). A universidade da época faz pesar uma carga maior de obstáculos institucionais e culturais sobre as camadas sociais economicamente mais desfavorecidas, em que os jovens têm de se profissionalizar desde cedo, e em que mais dificilmente podem efectuar estudos prolongados. E se a população universitária da época surgia como fortemente feminizada, tal devia-se à propensão das mulheres jovens das classes altas e médias-altas da sociedade portuguesa para procurarem instrução superior num contexto de rigorosa selectividade socioeconómica do recrutamento estudantil.

João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, de certa forma, desenvolvem a relação iniciada por Sedas Nunes entre a problemática das classes sociais e o estudo dos estudantes universitários. Como referem, “os estudantes universitários revelam-se um objecto de estudo específico, com um interesse sociológico muito especial. Eles constituem,

com efeito, nas sociedades de hoje, um segmento da população particularmente decisivo pelo seu protagonismo social – quer enquanto jovens estudantes, quer nos seus destinos sociais potenciais – e pelo facto de neles se revelarem muitas das dinâmicas de mudança social e cultural mais importantes da actualidade” (Machado *et al.*, 2003: 47).

Com o início do ciclo democrático iniciado com o 25 de Abril, a sociedade portuguesa partia, quanto às qualificações da sua população, com um grande atraso, em comparação com a grande maioria dos países europeus. Com efeito, apesar do crescimento do número de estudantes, não chegam aos 12% os que, na população do país com idades entre 25 e 64 anos (a mais centralmente activa), possuem um diploma do ensino superior (INE, Censos 2001). Em comparação, a média da União Europeia (UE15), na mesma data, é de 22%. Nas gerações mais novas, a situação melhora mas não o suficiente. Na faixa etária dos 25 aos 34 anos, a percentagem de diplomados pelo ensino superior não chega aos 17% e Portugal continua, nos mais jovens, com menos 10% que a média europeia (Machado *et al.*, 2003).

A progressiva abertura social do sistema universitário, iniciada a seguir a Abril de 1974 e que conheceu uma grande expansão nos anos 90, permitindo o acesso a estudantes universitários de todas as classes sociais, é reveladora das dinâmicas de recomposição política, económica, social e cultural que caracterizam Portugal nas últimas décadas. O percurso escolar que levou os filhos de todas as classes sociais a entrarem na universidade foi a par, em muitos casos, de trajectos familiares de mobilidade social ascendente, pura ou decorrente da mobilidade estrutural (Machado *et al.*, 2003). Tal como pela universidade passa actualmente um conjunto significativo de trajectórias sociais de mobilidade ascendente, fenómeno com implicações significativas na composição da população activa e na estrutura classista da sociedade portuguesa.

Mas as classes e fracções de classe com maiores recursos continuam a ter muito mais hipóteses de colocar os filhos na universidade. Em 1999, data da aplicação de um inquérito a uma amostra representativa nacional (Continente), verifica-se a clara predominância dos sectores de classe mais dotados de capitais económicos, culturais, escolares e sociais, ou seja, as famílias de empresários, dirigentes e profissionais liberais, por um lado, e de profissionais técnicos e de enquadramento, por outro. Em conjunto, 62% dos estudantes universitários provêm dessas duas categorias de classe (Machado *et al.*, 2003). Entre as classes sociais menos providas de recursos, são os filhos de empregados executantes os que mais chegam à universidade. Mais do que os filhos de operários e também mais do que os filhos de trabalhadores independentes.

As origens sociais tendem a influenciar significativamente quer o acesso ao ensino superior, quer a própria distribuição dos alunos por área científica e tipo de ensino. Aos indivíduos oriundos de famílias de classes com recursos socioeducacionais e/ou socioprofissionais escassos, é-lhes “vedada” a entrada em áreas de formação ditas “mais elitistas”, como as ciências médicas e,

também, pelo menos em parte, as engenharias. Logo, estão sobretudo concentrados nas áreas de ensino onde é maior o risco de não conversão do investimento em educação numa inserção socioprofissional qualificante (Almeida *et al.*, 2003: 30).

Também se procura a identificação de linhas estruturadoras dos quadros de valores e representações dos estudantes universitários. Entre estes atribui-se grande importância às esferas afectiva, familiar e profissional e há uma desvalorização generalizada das dimensões religiosa e política. Distribuem-se por quatro modelos de orientação pessoal, nenhum deles apresentando valores abaixo dos 20% (“quotidiano autocentrado”, “quotidiano sociocentrado”, “projecto autocentrado” e “projecto sociocentrado”), sobre os quais poderá ser legítimo colocar a hipótese de que captam, a seu modo, “a coexistência concorrencial de importantes linhas de força ideológico-culturais que caracterizam o panorama e as dinâmicas socioculturais das sociedades contemporâneas” (Costa *et al.*, 1990: 217).

As redes de relacionamentos sociais dos estudantes universitários são marcadas sobretudo por sociabilidades interclassistas, mais frequentes que as sociabilidades intraclassistas. Quase dois terços dos estudantes têm amigos cuja posição de classe não é a mesma que a da sua família de origem (Costa *et al.*, 1990). A origem de classe constitui um referente implícito permanente no plano das representações, bem como na própria perspectivação das oportunidades (diferenciadas) de inserção futura. Verifica-se igualmente a dissociação tendencial, nas representações estudantis, entre classe e status (Costa *et al.*, 1990; Almeida *et al.*, 2003).

José Machado Pais (1993) considera que uma análise mais aprofundada dos lazeres e sociabilidades juvenis nos convida a encarar as culturas juvenis como culturas de classe, apesar de alguns importantes e inequívocos sinais de que essas culturas também comportam evidentes signos juvenis de carácter geracional. A importância que, de uma maneira geral, os jovens atribuem à convivialidade pode interpretar-se como um *signo geracional* próprio das culturas juvenis. É em redor das actividades de lazer que a juventude ganha, em certo sentido, especificidade *unitária*, mas é também a partir dessas actividades que melhor podemos compreender as diferentes culturas juvenis e, a partir destas, a juventude na sua *diversidade*. “A convivialidade juvenil e os próprios grupos de amigos encontram-se estreitamente dependentes de mecanismos classistas de regulação e socialização familiares, bastando referir a natureza fortemente endoclassista dos grupos de amigos nos quais se integram os jovens das comunidades estudadas” (Pais, 1993: 131).

As modalidades de entrada na vida adulta por parte da juventude também variam em função das classes sociais. Os processos de transição para a vida adulta encontram-se dependentes, principalmente, do meio social, pertença de classe e sexo. Segundo a sua condição social – mas também segundo os projectos de futuro e os destinos de classe –, os jovens

beneficiam de um tempo de escolarização mais ou menos longo e de probabilidades desiguais de inserção profissional. “Na interpretação dos comportamentos dos jovens em relação à família, à conjugalidade e ao trabalho, emprego e profissão é importante dar conta não apenas das transmissões dos valores e práticas entre as gerações, mas também das trajectórias e das estratégias de mobilidade dos jovens” (Pais, 1993: 330).

Em termos comparativos internacionais, a sociedade portuguesa revela perfis de literacia bastante baixos (Benavente *et al.*, 1996). Aos níveis da literacia em Portugal estão associados factores históricos e estruturais de funcionamento da própria sociedade, estreitamente relacionados com a própria estrutura das classes sociais existente no nosso país.

O tecido económico e produtivo em Portugal assenta ainda, de forma largamente predominante, em lugares profissionais de baixa qualificação. Os contextos de trabalho são, muito frequentemente, desqualificados e desqualificantes. “Uma vida de trabalho, nas condições correntes da grande maioria dos empregos existentes, não só não estimula novas aprendizagens de leitura, escrita e cálculo, como nem sequer permite exercitar competências previamente adquiridas, podendo mesmo conduzir, com o passar do tempo, a casos de regressão no nível de literacia” (Benavente *et al.*, 1996: 404).

Os níveis de literacia estão claramente relacionados com as condições sociais de existência dos indivíduos. Meios familiares de origem extremamente carenciados de habilitações literárias, modos de vida quotidiana pobres em práticas de literacia e insuficiente expansão do sistema de ensino são razões que convergem na produção dos fracos níveis de literacia encontrados na sociedade portuguesa.

É nas classes sociais mais ligadas à agricultura que se verificam níveis de literacia mais baixos, seguindo-se os operários industriais e os trabalhadores independentes. Um pouco mais alto é o perfil de literacia dos empresários e dirigentes e dos empregados executantes que, embora correspondendo a situações sociais fortemente diferenciadas, apresentam uma distribuição de competências de literacia muito semelhante. Os profissionais técnicos e de enquadramento são aqueles que têm um perfil de literacia claramente mais elevado (Benavente *et al.*, 1996: 140).

Classes, trabalho e identidades sociais

A sociologia do trabalho em Portugal não se tem desenvolvido utilizando as possibilidades oferecidas pelas questões das classes sociais.³⁴ Provavelmente existirão na actual

³⁴ Um nome incontornável é necessariamente João Freire, também ele um “fundador” e “precursor” em relação a uma sociologia do trabalho em Portugal (e a partir do ISCTE, tal como João Ferreira de Almeida). No seu principal testemunho, *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução* (Freire, 2002), e quando articula as questões do trabalho entre uma micro e uma macro-sociologia, as classes sociais não estão presentes em nenhum destes níveis.

sociologia portuguesa das classes sociais três correntes ou orientações, quanto ao modo de relacionar as problemáticas do trabalho e das classes sociais: “ISCTE”, “Coimbra” e “Porto”.

O texto de Fernando Luís Machado, Patrícia Ávila e António Firmino da Costa (1995), “Origens sociais e estratificação dos cientistas”, é uma tentativa bastante produtiva de analisar um determinado grupo profissional (ou científico) utilizando as ferramentas das classes sociais.³⁵ As origens de classe e a composição social dos cientistas, cruzadas com outras variáveis,³⁶ permitiram chegar a conclusões quanto a uma estratificação social do campo científico. Tal como acontece noutras categorias sociais de posição elevada na hierarquia social, o recrutamento dos cientistas obedece a uma lógica de selectividade, em que as oportunidades de acesso a partir das várias classes e fracções de classe são francamente desiguais.

Elísio Estanque (1994, 2000 e 2005) situa as mudanças no mundo laboral num contexto de globalização da economia e das alterações por esta provocadas na recomposição das classes. As mudanças globais em curso promovem novos segmentos e polarizações de classe, provocando fragmentação social, novas desigualdades e precariedade.

Os artigos de José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz (1990 e 1996), e desta última (1999 e 2003) ancoram, fundamentalmente, na investigação de longa duração levada a cabo sobre os trabalhadores da construção civil no Nordeste de Portugal. A partir duma matriz teórica disciplinar de partida, onde as classes sociais e as práticas simbólico-ideológicas assumem centralidade, são exploradas as conexões entre as características objectivas que definem a localização de classe e os diversos tipos de estruturas subjectivas e modelos culturais dos agentes que as ocupam, funcionando como “variáveis intermédias” o papel do mercado de trabalho na diversificação das condições de trabalho e dos laços contratuais, e o impacto dos contextos de trabalho sobre o plano da socialização e das respostas identitárias.³⁷

Classes sociais, pobreza e exclusão social

Para autores como Almeida *et al.* (1994) e Capucha (2005), as problemáticas da pobreza e exclusão social devem ser estudadas em relação com teorias mais vastas sobre as desigualdades sociais, nomeadamente as teorias das classes sociais. Tal significa, igualmente, que as questões da pobreza e da exclusão social se encontram no centro dos processos mais gerais de desenvolvimento das sociedades modernas.

³⁵ As virtualidades de uma tal pesquisa permitem enriquecer os patrimónios quer da sociologia do trabalho, quer da sociologia da ciência.

³⁶ Comparação com a população portuguesa, por sexo, escolaridade, escalão etário, categoria socioprofissional do cônjuge, origem geográfica e áreas científicas.

³⁷ Na entrevista gentilmente concedida, José Madureira Pinto considera ser cada vez mais urgente interpenetrar, na análise dos lugares de classe, os efeitos e consequências sociais das actuais “precarizações laborais”.

Uma análise da evolução da pobreza em Portugal e a adopção de uma perspectiva comparativa europeia permitem concluir que o nosso país permanece como um dos que possui taxas de pobreza mais elevadas na União Europeia. Em 2000, a pobreza relativa em Portugal era de 21%. Portugal é o estado-membro da UE com o menor PIB *per capita* e com o terceiro maior risco de pobreza. É também o estado-membro onde as desigualdades na distribuição dos rendimentos são mais elevadas (Capucha, 2005).

As características da economia portuguesa e do tecido produtivo são repercutíveis directamente nos padrões da pobreza em Portugal. As modalidades de industrialização, os índices de produtividade e os graus de modernização tecnológica e organizacional estão bastante aquém dos da maioria dos países da Comunidade Europeia. Baixos salários, precarização crescente do emprego, manchas de trabalho infantil, riscos de crescimento do desemprego associados tanto à eventual crise de sectores mais vulneráveis como a processos de reorganização empresarial são alguns dos parâmetros da pobreza ligados às modalidades em que tem ocorrido a industrialização do país ou o crescimento económico (Almeida *et al.*, 1994). Ou seja, para muitas empresas continua prevalecendo como principal factor de sobrevivência e competitividade o controlo dos custos salariais e a baixa qualidade geral do trabalho.

Outro importante factor que influencia a pobreza é a eficácia dos sistemas de protecção e segurança social, poderosos instrumentos de correcção dos desequilíbrios existentes na distribuição primária dos rendimentos. Na prática, em Portugal, nunca se chegou a constituir um Estado-providência comparável ao da maioria dos países da Europa do Norte e do Oeste (Almeida *et al.*, 1994). De um modo geral, os países com menores taxas de pobreza tendem a ser os que apresentam maior investimento em benefícios sociais. Há uma correlação negativa entre aquilo que um Estado gasta em despesa social, incluindo pensões, e o número de pessoas a viver abaixo dos limiares de pobreza (Capucha, 2005: 134). O facto de só após 1974 ter sido criado um sistema universal e obrigatório de segurança social conduziu à situação de inexistentes ou reduzidos passados contributivos, ou a bases prestacionais assentes em baixos níveis salariais médios, daí resultando níveis de benefícios relativamente baixos e pouco eficazes para suplantar os limiares da pobreza.

A condição dos indivíduos e famílias perante o trabalho é um dos aspectos que mais directamente se associam ao problema da exclusão social. Em Portugal, ter um emprego ou viver do trabalho por conta própria não é uma garantia de protecção. A evolução da proporção de trabalhadores com baixos salários tem sido positiva mas lenta (Capucha, 2005). A economia ilegal, o trabalho clandestino, o desemprego e as situações de precariedade tendem a gerar vulnerabilidades à pobreza nos sectores menos protegidos do mercado de trabalho.

Um dos factores mais decisivos da pobreza em Portugal diz respeito ao nível das habilitações escolares. Os baixos rendimentos encontram-se associados a um baixo nível de instrução. Nas situações de pobreza são frequentes as saídas precoces da escola e a ocorrência de reprovações, tudo isto resultando numa maior proporção de analfabetos e de pessoas com muito baixa escolaridade. O nível baixo das habilitações escolares tem uma correspondência no baixo nível das qualificações profissionais. A inserção no mercado de trabalho torna-se, assim, mais difícil.

A sociedade portuguesa é igualmente atravessada por acentuados desequilíbrios regionais, dualismos e desfasamentos, nomeadamente entre o maior dinamismo económico e demográfico das zonas urbanas e litorais e o despovoamento e estagnação do interior rural (Almeida *et al.*, 1994). Uma análise regional revela uma maior gravidade do fenómeno da pobreza nas regiões do interior, Norte litoral e Alentejo, onde a pobreza é particularmente sentida nas zonas rurais. Simultaneamente, as assimetrias do crescimento urbano trouxeram consigo a formação de importantes aglomerações de pobreza nas principais cidades do litoral.

As necessidades económicas de camponeses e operários desqualificados, durante todo o século XX, desencadearam prolongados fluxos migratórios, para o estrangeiro e para as principais cidades do litoral do país, e “nem todas as trajectórias migrantes conduziram a níveis razoáveis de desafogo económico e a estatutos sociais não marginalizantes. Pelo contrário, uma fracção significativa destas populações tem-se visto remetida, no ponto de chegada, a novas condições sociais de carência e exclusão, constituindo parte muito importante da pobreza urbana que tende a aglomerar-se nos bairros de lata, zonas velhas e degradadas das cidades e bairros de habitação social” (Almeida *et al.*, 1994: 7).

Directamente relacionadas com as classes sociais mais desprovidas, é possível identificar categorias sociais mais vulneráveis à situação de pobreza. As mais importantes dessas categorias são os idosos pensionistas, os agricultores de baixos rendimentos, os assalariados de baixo nível de remuneração, os trabalhadores precários e da economia informal, as minorias étnicas, os desempregados e os jovens de baixa escolaridade e qualificação à procura do primeiro emprego (Almeida *et al.*, 1994; Capucha, 2005).

O território não se limita a conter sistemas de relações sociais. Ele é um elemento constitutivo dessas relações. A persistência de espaços de concentração de grupos pobres nas chamadas “bolsas de pobreza” tende a perpetuar a “pobreza instalada”, funcionando numa lógica auto-reprodutiva das condições de desfavorecimento (Capucha, 2005).

O carácter multidimensional da pobreza é melhor compreendido a partir da noção de modos de vida (Almeida *et al.*, 1994; Capucha, 2005). Esta noção engloba as condições de existência das diferentes categorias sociais vulneráveis, para além de comportar “uma dimensão

social – pertença de classe, relação com redes sociais, estruturas familiares –, uma dimensão cultural – símbolos e orientações de vida –, uma dimensão espacial – localizações dos contextos de interacção – e uma dimensão temporal – trajectos passados ou virtuais. Pessoas ocupando posições sociais ‘objectiva’ e materialmente idênticas de forma continuada, podem divergir quanto aos valores e grupos de referência, aos estilos de vida e de comportamento, ao tipo de recursos a que podem lançar mão e às regras construídas nos seus contextos de interacção, às estratégias e projectos” (Capucha, 2005: 214).

Os modos de vida da pobreza em Portugal são caracterizáveis nas seguintes formas: “destituição”, “restrição”, “dupla referência”, “poupança”, “convivialidade”, “investimento na mobilidade”, “transitoriedade” e “desafecção” (Almeida *et al.*, 1994: 95-110; Capucha, 2005: 212-232).

As famílias de operários ou empregados com alguma escolaridade e qualificação profissional e de rendimentos fixos tendem para o investimento na mobilidade social ascendente, sobretudo quanto às estratégias de escolarização dos filhos, ou à procura de ascensão nas estruturas hierárquicas das organizações de trabalho. Os operários e os empregados com baixas qualificações profissionais e escolares, de baixos rendimentos e com empregos instáveis, os reformados de pensões baixas e os assalariados agrícolas constituem o modo de vida da *restrição*. Entre o campesinato a poupança constitui o modo de vida predominante.

Classes sociais e etnicidade

Para Fernando Luís Machado (1992 e 2002), a etnicidade, num espaço de contrastes sociais e culturais, chama a atenção para os processos de integração social, e para as múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas que constituem os trajectos das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa. Como refere o próprio autor: “A melhor compreensão do posicionamento dos migrantes do lado social da etnicidade, particularmente na dimensão fundamental que é a das localizações socioprofissionais, não dispensa, em todo o caso, a perspectiva integrada que a análise da composição de classe pode proporcionar” (Machado, 2002: 192). As dimensões sociais e culturais da etnicidade entrecruzam-se com uma análise de classes onde as origens sociais dos imigrantes não se traduzem necessariamente em trajectos de integração similares.

Teresa Seabra (1997 e 1999) relaciona igualmente as classes sociais e a etnicidade no âmbito do campo educativo. Interessada em esclarecer como interferem na explicação das dificuldades de aprendizagem escolar *etnia* e pertença a uma *classe social* desfavorecida, esta autora analisa as estratégias familiares educativas de famílias portuguesas e cabo-verdianas, em

diferentes lugares de classe. “Uma *estratégia contratualista*, que privilegia a negociação, encoraja as trocas entre pais e filhos e é própria de famílias abertas e atentas a influências externas dos amigos, da televisão e da escola, prevalece em casais da pequena burguesia dirigente ou que frequentaram cursos médios e superiores. Pelo contrário, uma *estratégia estatutária* guiada pela ideia de atingir um melhor estatuto social, passando pela acomodação a normas sociais vigentes, é própria do meio operário e das franjas da pequena burguesia de execução” (Almeida *et al.*, 1998: 66). É a situação de classe (e não especificamente a pertença étnica) a clivagem que maior diferenciação produz nas estratégias educativas das famílias e no tipo de relação da criança com a escola. “O principal problema destas crianças face à escola não é terem determinada filiação étnica mas pertencerem a grupos sociais cujo processo de socialização familiar mais se distancia do processo de socialização escolar” (Seabra, 1999: 67).

Classes sociais, valores e culturas de classe

As classes sociais também se inter-relacionam (mutuamente) com valores, representações sociais e práticas culturais e sociais. João Ferreira de Almeida (1984, 1986d, 1990a e 1995) inaugura esta linha de investigação da sociologia das classes sociais, ao problematizar sobre as classes, as assimetrias de poder e atitudes políticas no espaço compositivo, como o resultado das alterações graduais verificadas a partir de 1974, e transponíveis nos novos ocupantes de lugares de poder e na recomposição da estrutura de classes local.

Almeida (1990), em colaboração com António Firmino da Costa, discute sobre os valores e representações da sociedade portuguesa, a partir da discussão dos programas dos partidos políticos enquanto actores institucionais, e dos posicionamentos sociais quanto à religião, política, trabalho ou família. Almeida (1995) debate as transformações e inércias da sociedade portuguesa, as assimetrias e vulnerabilidades sociais, tomando novamente os valores e as representações sociais partilhadas como referencial de análise.

Augusto Santos Silva (1994), tomando a cultura popular como estudo interpretativo, não parte da modelização habitual que tinha influenciado a teoria das classes sociais, mas sim de quatro dimensões que utiliza para identificar as classes populares: são populares os grupos penalizados pela estrutura da distribuição dos recursos e poderes prevalecente numa sociedade e num tempo determinados; a insistência nos procedimentos teóricos de contextualização, e não nos modelos de pura determinação axiomática da estrutura de classes; a exploração da formação sociocultural das classes, ou seja, das organizações concretas de classe como objecto de investigação; e finalmente, a dimensão histórica, sobretudo quanto às formas e conteúdos da memória social.

António Firmino da Costa (1999), em *Sociedade de Bairro*, introduz, numa actualizada sociologia das classes sociais, as mediações sociais existentes entre acção colectiva e classes sociais, concretamente num meio popular urbano marcado por um tecido social inigualitário e por uma distinta identidade cultural. Essas mediações sociais, observadas no processo de reabilitação urbana de Alfama, concretizaram-se nos processos (e protagonismos) institucionais, políticos, associativos e de interacção social local verificados num determinado espaço social.

O estudo de Elísio Estanque (2000) sobre o operariado do calçado em São João da Madeira é exemplar quanto à forma de implantação da lógica capitalista num tecido económico semi-rural. As modalidades de exploração e poder são marcadas por relações de dependência e laços de lealdade parcialmente transferidos da comunidade tradicional para a fábrica e alimentados pela estreita convivência entre ambas. As práticas e subjectividades da força de trabalho mostram-se vulneráveis, por um lado, aos constrangimentos e afinidades da produção e, por outro, às lealdades e sociabilidades comunitárias e familiares. A tendência para uma adesão crescente a formas massificadas de consumo e actividades de lazer decorre em paralelo com a presença persistente dos vínculos comunitários – que, embora adaptados, continuam a subsistir –, o que contribui para que uma parte substancial dos tempos livres seja ainda canalizada para actividades de carácter produtivo, embora exteriores à fábrica (Estanque, 2000: 327). A precariedade das relações de trabalho e o grau de exploração a que os operários se sujeitam acabam por ter pouca tradução em termos de consciência de classe e de participação em movimentos de acção colectiva. “Quer isto dizer que o operariado não se identifica com – nem actua como – uma classe, mantendo-se razoavelmente atomizado nas suas orientações individuais” (Estanque, 2000: 326). As formas de resistência que os operários põem em marcha, sendo acima de tudo defensivas, latentes e dispersas, acabam por se transformar num mero mecanismo de escape, acabando por ser, na realidade, um factor de amortecimento de conflitos manifestos. Ou seja, opera “um sistema informal composto de múltiplos ingredientes, em que as barreiras socioculturais e identitárias perturbam a eficácia do sistema produtivo mas, paradoxalmente, também lhe servem de alimento” (Estanque, 2000: 327). Tais práticas transportam consigo um *instinto de classe* mas não uma consciência de classe. As formas identitárias recriadas na fábrica “vêm a sua expressão política neutralizada pelo poder despótico paternalista do patronato, no quadro de uma fraca militância sindical e de um mercado de trabalho crescentemente fragmentário, concorrencial e onde germina toda a espécie de lógicas paralelas e atípicas de produção” (Estanque, 2000: 328).

Pereira (2005) traça no espaço social da cidade do Porto as principais características sociais e culturais das classes sociais e as dimensões mais estruturantes das respectivas culturas de classe. “O alargamento da análise aos domínios religioso, político, ou ainda das representações

em torno do território, da escola, do trabalho e da mudança social permitiu, num quadro mais autonomizado, continuar a documentar relações muito significativas entre as lógicas simbólicas e ideológicas alternativas inevitavelmente referenciadas e conjuntos densos de propriedades sociais em que as componentes classistas, entre outras, detinham grande relevo” (Pereira, 2005: 478). Optando pelo esquema tripartido que identifica o relevo dos posicionamentos burgueses, pequeno-burgueses e operários na estruturação das relações de produção das sociedades capitalistas da actualidade, conclui-se que na burguesia se configuram posicionamentos marcados pelo exercício prático do lugar dominante das relações de produção – concentração da *propriedade e/ou direcção profissional* – e que o seu posicionamento intelectual e científico é organizado em torno da concentração de recursos escolares, culturais e científicos. A propriedade pequeno-burguesa traduz-se num maior relevo dos aspectos patrimoniais na vida quotidiana das famílias. Na pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio, a potencial maior valorização da escola – ainda que não traduzida necessariamente em títulos correspondentes – não significa que a desqualificação, o desemprego e a exclusão não marquem esta fracção da pequena burguesia. O operariado caracteriza-se por quadros sociais e vivenciais sujeitos ao peso da dominação económica, social e cultural quotidianamente vivida. As vivências do lado dominado e a fragilização das relações laborais deixam marcas na estruturação do posicionamento operário e nas disposições (simbolicamente conservadoras mas politicamente de esquerda) neste geradas.

6. Opções metodológicas, operacionalização e contextos de pesquisa

Diversidade metodológica, instrumentos e processos de operacionalização

A sociologia das classes sociais tem conjugado metodologias extensivas e metodologias intensivas, quantitativas e qualitativas. Se as análises extensivas são mais profícuas para o estudo da estrutura de classes da sociedade portuguesa, as análises intensivas revelam mais localmente as intrincadas relações entre as classes sociais e outras variáveis sociais relevantes. Ou então, as pesquisas podem ser simultaneamente extensivas e monográficas, como é o caso do estudo da literacia (Benavente *et al.*, 1996) ou dos guineenses em Portugal (Machado, 2002).

Uma questão fundamental da sociologia das classes sociais tem a ver com o problema da operacionalização do conceito de classe social. Na sociologia portuguesa, a operacionalização do conceito de classe e construção de uma tipologia de lugares de classe

inicia-se com o modelo proposto por Almeida (1986), que é depois desenvolvido pela “tipologia ACM”.³⁸

As principais soluções praticadas na sociologia portuguesa (e em boa parte da sociologia internacional) retomam directamente quatro alternativas, ou inspiram-se nelas: nas categorias socioprofissionais francesas (Desrosières e Thévenot); nos esquemas de classes profissionais de John H. Goldthorpe e Erikson e Goldthorpe; nas tipologias de lugares de classe de Erik Olin Wright; e nos sistemas de indicadores socioprofissionais de classe desenvolvidos por Almeida, Costa e Machado (Machado *et al.*, 2003).

A tipologia ACM procura contribuir para a operacionalização de boa parte dos quadros teóricos mais importantes em curso na sociologia das classes sociais e da estratificação (Costa, 1999). A tipologia de Erik Olin Wright³⁹ é menos agregada nas “classes médias” e mais agregada nas “classes populares”. Três das categorias utilizadas na tipologia ACM, os empregados executantes (EE), os operários industriais (OI) e os assalariados agrícolas (AA), ficam indestrinçavelmente englobadas na categoria dos proletários da tipologia de Wright. “Ora a distinção estrutural entre aquelas três categorias tem alicerces teóricos sólidos e pertinência substantiva incontornável nas sociedades actuais. Basta atender a aspectos como os diferentes contextos e conteúdos de trabalho, e remetendo para dinâmicas de fundo actuais de reestruturação económica, social e cultural ou, ainda, para os contrastes de composição sexual dessas categorias de lugares de classe” (Machado *et al.*, 2003: 51).⁴⁰

³⁸ Da autoria de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, com grande utilidade e resultados empíricos reconhecidos. As investigações de Firmino da Costa (1999) e de Fernando Luís Machado (2002) são exemplares quanto à operacionalização do conceito de classes sociais em contexto de pesquisa empírica. “Os fundamentos teóricos, a lógica operatória, as tipologias classificatórias e os algoritmos da respectiva construção relativos aos indicadores de classe social retomam os desenvolvidos por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado em “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, e actualizados noutros trabalhos, nomeadamente de António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, em “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, em “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, e de Pedro Lima, António Pedro Dores e António Firmino da Costa, em “Classificações de profissões nos Censos 91” – textos em que se explicitam com mais pormenor alguns dos referidos pressupostos e procedimentos (Costa, 1999: 229).

³⁹ Utilizada na sociologia portuguesa em Estanque e Mendes (1998) e Estanque (2000).

⁴⁰ Sustentam os seus autores ainda que a tipologia ACM, “sendo mais compacta, o que é vantajoso na análise estatística, dá conta, de maneira mais abrangente, das principais clivagens e articulações estruturais entre dimensões de análise de classes, permitindo ainda realizar, com coerência conceptual e com facilidade de procedimentos, operações de agregação ou desagregação classificatória, consoante os objectos e níveis de análise específicos” (Machado *et al.*, 2003: 53). Torna-se possível “consoante os contextos e as circunstâncias, a formação de concepções, atitudes e valores a respeito de certos domínios sociais, bem como o desenvolvimento de práticas que neles se passam ou a eles se reportam de forma específica, estejam sobretudo associados, nuns casos com as situações de classe tal como elas são determinadas através do indicador socioprofissional individual, noutros com as situações de classe tais como se podem captar por meio do indicador socioprofissional familiar” (Costa, 1999: 243).

A utilização de *indicadores socioprofissionais* e *indicadores socioeducacionais*, criteriosamente construídos é fundamental na análise de classes (Costa, 1999; Costa *et al.*, 2000; Machado *et al.*, 2003). Os indicadores socioprofissionais implicam a elaboração de um conjunto interligado de opções teóricas e operatórias sofisticadas. O *indicador socioprofissional de classe dos indivíduos* é, do ponto de vista metodológico, uma *variável derivada*, construída a partir de outras *variáveis primárias*, sobretudo as variáveis “situação na profissão” e “profissão”. Como refere Costa (1999: 231), “os indicadores socioprofissionais não recobrem todo o âmbito substantivo do conceito de classe social. Não obstante, sintetizam de forma articulada um conjunto de dimensões decisivas da estruturação das relações de classe nas sociedades contemporâneas. O essencial é que a *estrutura da tipologia* classificatória do indicador retraduz a maneira operatória aspectos centrais das relações de classe tais como entendidas nos referidos quadros teóricos”.

De igual modo, a combinação entre o indicador socioprofissional e o indicador de nível de ensino frequentado permite aceder a um conjunto de relações adicionais sobre a composição de classe de uma população. Os recursos de escolaridade, “na sua distribuição social diferenciada e desigual, tendem a configurar um campo relacional específico e a repercutir-se em variadíssimos aspectos da existência em sociedade, nomeadamente na formação dos sistemas de disposições e no acesso a quadros de oportunidades, na adesão a critérios de gosto e a estilos de vida, na constituição de representações cognitivas e de sistemas classificatórios, no desenvolvimento de estratégias de vida e de práticas sociais” (Costa, 1999: 231).

Outro referente fundamental na sociologia das classes sociais diz respeito ao problema das relações entre indivíduo e grupo doméstico como unidades de análise da composição de classe. Questão que recobre no plano operatório um dos aspectos de um domínio mais vasto de análise sociológica, os das relações entre família e classe social.

Na tipologia ACM para grupos domésticos utiliza-se, de acordo com a ponderação de razões de pertinência teórica e de adequabilidade substantiva, o critério da “dominância” ou o da “conjugação”, integrando na classificação, sem hierarquia apriorística, ambos os sexos. Pelo contrário, em trabalhos como os de Parsons ou Goldthorpe, as mulheres são classificadas de acordo com as categorias socioprofissionais dos homens (maridos ou pais) (Machado *et al.*, 2003: 53).

Outro referente de classe – a origem social – é igualmente passível de operacionalização com base nos indicadores socioprofissionais, quer individuais quer familiares.

Classes e estratificação em contextos locais

Os objectos da sociologia das classes sociais vão desde os níveis transnacional, nacional e regional até aos estudos de caso locais. A preocupação de multiplicar comparações sobre o comportamento das variáveis estudadas *em espaços de referência diversificados* – assinalando, desse modo, tendências locais, regionais, nacionais e internacionais e procurando atenuar as limitações associadas a uma recolha de informação pragmaticamente centrada nas unidades administrativas convencionais – tem permitido a contextualização social e articulação dos níveis de análise, condições necessárias para um desenvolvimento das questões relacionadas com as classes sociais.

As pesquisas de Costa (1999) no bairro de Alfama, de Pinto (1985b) e Almeida (1986d) na freguesia de Fonte Arcada, de Benavente, Costa, Machado e Neves (1992 [1987]) no bairro da Ajuda em Lisboa, de Ana Nunes de Almeida (1993b) no Barreiro, de Heitor Duarte (1993) com “Estrutura social e mudança na Beira Interior”, de Luís Campos (1995) em Castelo Branco, de Manuel Carlos Silva (1998) nas aldeias de Lindoso e Aguiar, de Elísio Estanque (2000) em São João da Madeira e com observação participante numa fábrica da região, e de Virgílio Borges Pereira (2005) na cidade do Porto, constituem exemplos de aplicação empírica da problemática das classes sociais em espaços sociais locais.

Se a sociologia das classes sociais está bastante avançada na utilização e aproveitamento das metodologias extensivas, *Sociedade de Bairro* constitui um substancial contributo quanto às possibilidades de enriquecer (articuladamente ou estritamente) esta sociologia especializada com aprofundamentos em metodologias intensivas.⁴¹

Na pesquisa de terreno realizada no bairro da Ajuda, e no decurso de uma pesquisa sociológica num projecto interdisciplinar de investigação-acção, “uma das linhas de pesquisa foi o estudo, mediante um método de observação participante, das relações de um conjunto de famílias com a escola e a escolaridade dos seus filhos. A selecção foi feita segundo critérios de origem social e pertença de classe – famílias de meios populares, já que é aí que a problemática

⁴¹ A pesquisa em Alfama por António Firmino da Costa evidencia no plano metodológico o accionamento de uma pluralidade de métodos de pesquisa e a utilização articulada de procedimentos de investigação intensiva e extensiva, qualitativa e quantitativa, integrados no contexto de uma pesquisa de terreno prolongada, mas procurando que, antes de mais, os resultados assumam a forma de um estudo de caso. Através da utilização de uma grande diversidade de procedimentos metodológicos, o autor procura adquirir uma perspectiva sistémica e integrada do contexto que estuda. Esta específica *logística metodológica* permitiu ao investigador a construção de uma bateria de indicadores e recolha de elementos sobre a composição social da população de Alfama, densamente interligados com a problemática da identidade cultural do bairro. O modelo de análise da investigação envolve, no essencial, a articulação dos conceitos de padrões culturais, classes sociais e quadros de interacção. É a partir destes que o investigador constrói, a partir do seu accionamento, as fundamentais *transposições problemáticas teórico-metodológicas*, que enformam decisivamente o quadro geral da investigação, enquanto conceitos englobantes, orientadores e empiricamente verificáveis.

dos ‘obstáculos ao sucesso no ensino primário’ se coloca com especial relevância” (Costa e Machado, 1987: 71).

Em *Resistir e Adaptar-se*, Manuel Carlos Silva estuda os constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal. Nesta obra, o autor consegue, numa perspectiva sociológica, histórica e antropológica, oferecer uma compreensão da diversidade de acção sociopolítica dos camponeses nortenhos, nomeadamente minhotos e, em particular, da sua atitude de aparente “passividade”, resignação e apoio ao bloco político conservador nos séculos XIX e XX.

João Ferreira de Almeida (1986d), Ana Nunes de Almeida (1993b) e Elísio Estanque (2000) dão conta de algumas dimensões histórico-demográficas, políticas e culturais da formação social portuguesa. São combinadas metodologias quantitativas e qualitativas, para além das virtualidades analíticas de uma contextualização regional. Como afirma João Ferreira de Almeida, “muito do que acontece ao nível local encontra linhas decisivas de explicação numa dialéctica que ultrapassa esse nível, mostrando assim, simultaneamente, a inadequação de um apressado fechamento do campo analítico cantonando o objecto a rígidas fronteiras” (1986d: 22).

Nas pesquisas de Heitor Duarte (1993) e Luís Campos (1995) são analisadas estruturas de classes regionais, a partir de dados extensivos recolhidos e da aplicação de inquéritos.

Classes e estratificação em contextos nacionais

Adérito Sedas Nunes (1964, ver também Nunes e Miranda 1969) é pioneiro na construção de indicadores de caracterização social, à data praticamente inexistentes, como os indicadores de níveis de vida, a dominância de população urbana e rural, os níveis de escolaridade nos distritos, meios de comunicação, naturalidade dos estudantes universitários, a população activa por classes sociais (superior, média e inferior), ou indicadores objectivos de status social, entre outros.

Freitas (1973) procura acompanhar a evolução da composição das classes sociais em Portugal, nomeadamente a evolução da proporção de assalariados e de não assalariados, a situação na profissão, a distribuição da população assalariada e padrões pelos sectores de actividade, ou a relação com a dimensão dos estabelecimentos industriais. Sousa e Freitas (1973), na análise da população activa operária em Portugal, decompõem e analisam a classe operária por profissões, áreas regionais (distritos e concelhos) e por ramos de actividade.

Os estudos do geógrafo João Ferrão (1982 e 1985) tomam como objectivo acompanhar as recomposições sociais e estruturas regionais de classe entre 1960-1970 e 1970-1981. A evolução da estrutura social portuguesa permite evidenciar diversas linhas de análise, como o declínio das classes e fracções de classes relacionadas com a agricultura, a estagnação relativa do sector

industrial, a terciarização e, em termos territoriais, a urbanização e litoralização como os principais fenómenos.

Com o desenvolvimento da sociologia e das suas possibilidades de investigação, passam a ser em maior número as análises extensivas que tomam a sociedade portuguesa como nível de análise, e que utilizam como principal ferramenta metodológica, para além dos dados estatísticos, a realização de inquéritos nacionais.

O estudo das classes e estratificação em contexto nacional é igualmente constatável nas obras de Dulce Maria Magalhães (1994), Almeida, Costa e Machado (1994), Benavente, Rosa, Costa e Ávila (1996), Manuel Villaverde Cabral (1998), Elísio Estanque e José Manuel Mendes (1998 e 1999) e Maria Cidália Queiroz (2005).

São sobretudo fornecidos dados quantitativos para análises da estrutura de classes e estratificação social da sociedade portuguesa, indicadores de composição social cruzados com outras variáveis de caracterização social, elementos relativos à compreensão dos processos de mobilidade social e análises regionais de classe.

Classes e estratificação em contextos supranacionais e internacionalização da sociologia portuguesa

A internacionalização da produção dos saberes no domínio das ciências sociais em Portugal é um processo que tem acelerado muito nas duas últimas décadas. A internacionalização dos objectos (comparabilidade europeia) e análises transnacionais colocam novos e aliciantes desafios à sociologia portuguesa.

A participação da sociologia portuguesa em projectos internacionais, como o European Values Studies ou o European Social Survey (cerca de 35.000 inquéritos por toda a Europa), permite, pela comparação e/ou análise longitudinal, ultrapassar a escala nacional na investigação sociológica em Portugal.

Desta forma, a sociologia das classes sociais poderá observar as mudanças estruturais e os processos de recomposição social ao nível das classes sociais, comparar países ao nível das suas estruturas de classes, e construir estruturas internacionais de classes sociais. Ao serem analisadas as estruturas sociais, compreendem-se os perfis sociais e os valores, como a família, o trabalho, a política ou a participação social.

Constituem obras exemplares da forma como a sociologia das classes sociais portuguesa é aplicada em contextos supranacionais, e ao mesmo tempo se integra internacionalmente, as análises de Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida (2000) em “Classes sociais na Europa”, Cabral, Vala e Freire (2003) em *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, e Jorge Vala e

Anália Torres (2006) em *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, sobretudo o texto de João Ferreira de Almeida, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, “Classes sociais e valores em contexto europeu”.

Como afirma José Madureira Pinto (2007): “Numa altura em que as técnicas de tratamento de informação, apoiadas em sofisticado *software*, põem ao alcance dos cientistas sociais possibilidades de aprofundamento analítico verdadeiramente inéditas, esta forte consciência metodológica tem mostrado que, se se quiser aperfeiçoar a qualidade da investigação e da prática profissional em sociologia, há um investimento fundamental a fazer na discreta e relativamente desvalorizada esfera da recolha de informação. A concretizarem-se, como parece possível, avanços significativos nesta última direcção, ficaria ao alcance da sociologia portuguesa a obtenção de ‘vantagens científicas comparativas’ susceptíveis de granjear reconhecimento e de se repercutir positivamente nos sectores da comunidade internacional das Ciências Sociais em que, cada vez mais, os sociólogos portugueses se movimentam.”

7. Conclusão

A sociologia das classes sociais tem estado intimamente associada ao próprio desenvolvimento da sociologia em Portugal. Atesta-o a sua produção sociológica com mais de 40 anos de idade, iniciando-se com as primeiras análises de Adérito Sedas Nunes, sobre a evolução da sociedade dualista em Portugal, até aos dias de hoje, quando, através de uma actualizada sociologia das classes sociais, o actual contexto de globalização coloca novas questões à análise das relações de classe.

A sociologia das classes sociais desenvolveu-se articulando uma vinculação sociológica constante a princípios epistemológicos, enriquecimento metodológico e quadros teóricos actualizados. A sociologia das classes sociais em Portugal incorporava, ao longo do tempo, novos contributos para as teorias das classes sociais, acompanhando a evolução quanto às principais opções teóricas e paradigmas da sociologia. Paralelamente, à sua utilização mais ecléctica de correntes e temáticas correspondia um eclectismo metodológico – desde a elaboração e conjugação de níveis de análise e no que diz respeito à operacionalização do conceito classe social –, cujo resultado tem sido a capacidade de produzir diversos objectos de estudo, com capacidade para recobrirem e explicarem uma multiplicidade de domínios da vida social, em particular da sociedade portuguesa.

Em relação à sociologia das classes sociais, porventura nenhum outro tipo de sociologia terá contribuído tanto para a investigação sociológica em Portugal e acumulado tanto

conhecimento sociológico sobre a sociedade portuguesa. A partir do seu específico enfoque analítico, foi possível um maior conhecimento integrado sobre a própria evolução da estrutura social portuguesa e processos de mobilidade social, sobre as mudanças verificadas nos campos, migrações e industrialização no país, sobre as dinâmicas familiares, o sistema educativo e os seus estudantes, em relação à juventude, ao trabalho, à etnicidade, analisando processos como a literacia, a pobreza ou a exclusão social, as culturas de classe ou as identidades culturais.

O posicionamento da sociedade portuguesa no contexto europeu coloca novos desafios de desenvolvimento ao país. O cenário de processos de uma *modernidade inacabada*, dada a persistência de dinâmicas desarticuladas na sociedade portuguesa, como os níveis de crescimento económico, as qualificações e escolaridade, a pobreza ou as desigualdades sociais, renovam a relevância problemática das classes sociais.

A natureza estrutural-accionalista (ou macro-micro) e multidimensional do conceito de classes sociais permite, por exemplo, a análise das mudanças estruturais e dos processos de recomposição social ao nível das classes sociais, ou das relações entre estruturas de classe e padrões de valores, sublinhando continuidades e diferenças económicas, sociais, políticas, culturais e territoriais em espaços nacionais e transnacionais; e, simultaneamente, contém a suficiente cumulatividade científica e analítica para não perder de vista as teias tecidas no espaço social das classes, seja num estudo de caso, numa análise regional, num determinado processo social ou dimensão específica da vida em sociedade, seja em estratos ou grupos sociais (classes sociais), ou determinadas práticas sociais, seja ainda na compreensão teórica, por parte da sociologia, das principais dinâmicas das sociedades contemporâneas.

Referências bibliográficas

Almeida, Ana Nunes de (1984), *Do Campo à Cidade: O Impacto do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina.

Almeida, Ana Nunes de (1985), “Trabalho feminino e estratégias familiares”, em *Análise Social*, XXII (85), pp. 7-44

Almeida, Ana Nunes de (1986a), “A fábrica e a família – para uma sociologia das famílias operárias”, em *Análise Social*, XXII (91), pp. 279-312.

Almeida, Ana Nunes de (1986b), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, em *Análise Social*, XXII (92/93), pp. 493-520.

Almeida, Ana Nunes de (1991), “Temps industriels, ménages ouvriers et classe sociale”, em *Familles et Contextes Sociaux: Les Espaces et les Temps de la Diversité – Actes / Colloque Famille et Contextes Sociaux*, Lisboa.

Almeida, Ana Nunes de (1992), “Meio social, família e classe operária”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 27-41.

Almeida, Ana Nunes de (1993a), “Mulheres e famílias operárias: a esposa doméstica”, em *Análise Social*, XXVIII (120), pp. 105-132.

Almeida, Ana Nunes de (1993b), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.

Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

Almeida, João Ferreira de (1981), “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, em *Análise Social*, XVII (66), pp. 231-251.

Almeida, João Ferreira de (1984), “Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês”, em *Análise Social*, XX (84), pp. 583-619.

Almeida, João Ferreira de (1986c), “O problema das classes sociais” e “Classes”, em *Classes Sociais nos Campos – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp. 45-103 e 211-255.

Almeida, João Ferreira de (1986d), *Classes Sociais nos Campos – Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Almeida, João Ferreira de (em colaboração com António Firmino da Costa) (1990a), *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira de (1990b), “O GIS e o arranque das ciências sociais”, Ciclo “Anos 60: os factores de mudança”, Lisboa (comunicação).

Almeida, João Ferreira de (1995), “Evoluções recentes e valores na sociedade”, em AA.VV., *Portugal Hoje*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, em *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 4, pp. 11-44.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, em António Reis (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau, e Elisabeth Reis (1994), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Almeida, João Ferreira de, e José M. Pinto (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

Almeida, João Ferreira de, et al. (2003), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado, e António Firmino da Costa (2007), “Classes sociais e valores em contexto europeu”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 69-96.

Almeida, José Carlos Ferreira de (1970), “Mobilidade e posições sociais: uma análise teórica e conceitual”, em *Análise Social*, VIII (29), pp. 5-14.

Ávila, Patrícia (2006), *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*, dissertação para a obtenção do grau de doutoramento, Lisboa, ISCTE.

Barreto, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Barreto, António (org.) (2000), *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Benavente, Ana, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa, e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.

Benavente, Ana, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Manuela Castro Neves (1992 [1987]), *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema.

Cabral, Manuel Villaverde (1998), “Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal”, em *Análise Social*, XXXIII (146-147), pp. 381-414.

Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala, e André Freire (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa Ciências Sociais.

Campos, Luís Melo (1995), “Desenvolvimento local, mercado de trabalho e reprodução social: resultados de um inquérito em Castelo Branco”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 18.

Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.

Casanova, José Luís (1993), *Estudantes Universitários: Composição Social, Valores e Representações*, Cadernos de Juventude, nº 5, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Instituto da Juventude.

Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais: Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, António Firmino da (1984a), “Alfama: entreposto de mobilidade social”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, pp. 3-35.

Costa, António Firmino da (1984b), *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário*, Lisboa, ISCTE.

Costa, António Firmino da (1987), “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais”, em *Análise Social*, XXIII (98), pp. 635-686.

Costa, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 5, pp. 107-124.

Costa, António Firmino da (1996), “Sobre o campo da sociologia e as práticas sociológicas em Portugal (bibliografia)”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 20, pp. 171-178.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, António Firmino da, e Maria das Dores Guerreiro (1984), *O Trágico e o Contraste – O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Costa, António Firmino da, e Fernando Luís Machado (1987), “Meios populares e escola primária”, em *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 2, pp. 66-89.

Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (1990), “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, em *Análise Social*, XXV (105-106), pp. 193-221.

Costa, António Firmino da, e José Luís Casanova (1996), “Classes sociais (bibliografia)”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 19, pp. 191-195.

Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 34, pp. 9-43.

Cruzeiro, Maria Eduarda, e Manuel Luís Marinho Antunes (1978), “Ensino secundário: duas populações, duas escolas (I)”, em *Análise Social*, XIV (55), pp. 443-502.

Duarte, Heitor (1993), “Estrutura social e mudança na Beira Interior”, em AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia.

Estanque, Elísio (1994), “Trabalho, lazer e classes sociais”, em AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividade e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, Porto, Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio (2004), “Class and social inequalities in Portugal: from class structure to working-class practices on the shop floor”, em Fiona Devine e Mary Waters (orgs.), *Social Inequality in Comparative Perspective*. Oxford/Malden-MA, Blackwell Publishers, pp. 141-162.
- Estanque, Elísio (2005), “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 71, pp. 113-140.
- Estanque, Elísio, e José Manuel Mendes (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio, e José Manuel Mendes (1999), “Análise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52-53, pp. 173-198.
- Ferrão, João (1982), “Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)”, em *Finisterra*, XVII (34), pp. 223-265.
- Ferrão, João (1985), “Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)”, em *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 565-604.
- Ferreira, Nuno Estêvão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, João (2002), *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- Freitas, Eduardo de (1973), “Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970”, em *Análise Social*, X (39), pp. 494-507.
- Freitas, Eduardo de, João Ferreira de Almeida, e Manuel Villaverde Cabral (1976a), *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*, Lisboa, Editorial Presença.
- Freitas, Eduardo de, João Ferreira de Almeida, e Manuel Villaverde Cabral (1976b), “Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal”, em *Análise Social*, XII (45), pp. 41-63.
- Gomes, Adelino (2005), “A JUC, o jornal *Encontro* e os primeiros inquiridos à juventude universitária: contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal”, em *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 49, pp. 95-115.
- Guerreiro, Maria das Dores (1986), *Mulheres do Fado, Fados de Mulher. Alfama: o Tecido Social, as Práticas Culturais e as Suas Protagonistas*, trabalho de síntese, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Lisboa, ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores (1989), “A família e a empresa: reflexões preliminares em torno de um projecto de investigação sobre famílias de empresários de PME”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 6, pp. 23-32.
- Guerreiro, Maria das Dores (1992), “Famílias de empresários e trajectórias sociais”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, pp. 63-77.

- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: Empresas Familiares em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Lima, Pedro, António Pedro Dores, e António Firmino da Costa (1991), “Classificações de profissões nos Censos 91”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 43-66.
- Machado, Fernando Luís (1992), “Etnicidade em Portugal: contrastes e politização”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 12, pp. 123-136.
- Machado, Fernando Luís (1993), “O ensino da sociologia: entre a ciência e a profissão”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 12/13, pp. 81-105.
- Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: factores, recomposições e implicações”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 20, pp. 43-103.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migrações, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, pp.189-209.
- Machado, Fernando Luís, Patrícia Ávila, e António Firmino da Costa (1995), “Origens sociais e estratificação dos cientistas”, em Jorge Correia Jesuino (coord.) *et al.*, *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras, Celta Editora, pp.109-133.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Suzana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, pp. 45-80.
- Magalhães, Dulce Maria (1994), “Classes sociais e trajectórias intergeracionais”, em *Sociologia* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), I série, nº 4, pp. 173-217.
- Marques, António, e Mário Bairrada (1982), “As classes sociais na população activa portuguesa: 1950-1970”, em *Análise Social*, XVIII (72-73-74), pp. 1279-1297.
- Martins, Hermínio (1998 [1971]), “Classe, status e poder em Portugal”, em *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais, pp. 99-131.
- Mozzicafreddo, Juan (1981), “Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 6, pp. 5-46.
- Nunes, Adérito Sedas (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução”, em *Análise Social*, III (7-8), pp. 407-462.
- Nunes, Adérito Sedas (1968a), “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, em *Análise Social*, Lisboa, VI (22/23/24), pp. 295-385.

Nunes, Adérito Sedas (1968b), “O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento”, em *Análise Social*, Lisboa, VI (22/23/24), pp. 386-474.

Nunes, Adérito Sedas (1970), “A Universidade no sistema social português – uma primeira abordagem”, em *Análise Social*, VIII (32), pp. 646-707.

Nunes, Adérito Sedas (1971), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença e GIS.

Nunes, Adérito Sedas (1988), “Histórias, uma história e a História – sobre a origem das modernas ciências sociais em Portugal”, em *Análise Social*, XXIV (100), pp. 11-55.

Nunes, Adérito Sedas, e David Miranda (1969), “A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações”, em *Análise Social*, VII (27-28), pp. 333-381.

Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Pereira, Virgílio Borges (1994), “Os índios e a vida selvagem. Modalidades de (re)produção de sociabilidades no núcleo antigo da freguesia da Vitória”, em *Sociologia* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), I série, nº 4, pp. 231-353.

Pereira, Virgílio Borges (2005), *Modalidades de Estilização de Vida na Cidade do Porto: Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses*, Porto, Edições Afrontamento.

Pinto, José Madureira (1981), “Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais”, em *Análise Social*, XVII (66), pp. 199-229.

Pinto, José Madureira (1984a), “Questões de metodologia sociológica (I)”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 1, pp. 5-42.

Pinto, José Madureira (1984b), “Questões de metodologia sociológica (II)”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, pp. 113-140.

Pinto, José Madureira (1985a), “Questões de metodologia sociológica (III)”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, pp. 133-156.

Pinto, José Madureira (1985b), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento.

Pinto, José Madureira (1994), “Encruzilhadas da iniciação às ciências sociais em Portugal”, em José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 21-28.

Pinto, José Madureira (1996), “Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social”, em AA.VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares – Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Pinto, José Madureira (2000), “Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 19/20, pp. 5-37.

Pinto, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal”, em *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 46, pp. 11-31.

- Pinto, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pinto, José Madureira, e Maria Cidália Queiroz (1990), “Lugares de classes e contextos de aprendizagem social”, em *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 8/9, pp. 131-143.
- Pinto, José Madureira, e Maria Cidália Queiroz (1996), “Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na construção civil”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 19, pp. 9-29.
- Pinto, José Madureira, e Virgílio Borges Pereira (2006), *Pierre Bourdieu: A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- Queiroz, Maria Cidália (1999), *Trabalho e Trabalhadores na Construção Civil: Contributos para a Análise dos Lugares e Identidades de Classe* (tese de doutoramento), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Queiroz, Maria Cidália (2003), “Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da construção civil do Nordeste de Portugal”, em *Sociologia* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), série I, vol. 13, pp. 19-55.
- Queiroz, Maria Cidália (2005), *Classes, Identidades e Transformações Sociais*, Porto, Campo das Letras.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Seabra, Teresa (1997), “Estratégias familiares de educação das crianças”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 23, pp. 49-71.
- Seabra, Teresa (1999), *Educação nas Famílias: Etnicidade e Classes sociais*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Sebastião, João (1998), “Os dilemas da escolaridade”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Silva, Augusto Santos (1994) *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (2006), *A Sociologia e o Debate Público: Estudos sobre a Relação entre Conhecer e Agir*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos, e José Madureira Pinto (orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se: Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sousa, A. Teixeira de, e Eduardo de Freitas (1973), “Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal”, em *Análise Social*, X (38), pp. 306-339.
- Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.

Torres, Anália (2002), *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.

Torres, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho: Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.

Vala, Jorge, e Anália Torres (orgs.) (2007), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.) (1998), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

Vieira, Maria Manuel (1993), “Elites? Classes superiores? Classes dominantes? Reflexões em torno de conceitos”, em AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia.

Wall, Karin (1994), *La Fabrication de la Vie Familiale: Changement Social et Dynamique Familiale des Paysans du Bas-Minho*, Genebra, Université de Genève.

Wall, Karin, e Lígia Amâncio (orgs.) (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.